

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 5 de abril de 2022 - Ata n.º 25.

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **25.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura**, passando o Sr. 2.º Secretário à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 24, de 4 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 318/2022** da Copel, encaminhando informações referentes aos processos licitatórios/contratações promovidos no âmbito da Copel em fevereiro de 2022; **Ofício n.º 541/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6/2022, do Deputado

Plauto Miró; **Ofício n.º 522/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 23/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 537/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 7389/2021, do Deputado Elio Rusch; **Ofício n.º 562/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6626/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 549/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6373/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 527/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 91/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 546/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 55/2022, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 525/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 7334/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 554/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 5053/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 530/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 5462/2021, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 532/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6870/2021, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 560/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 4/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 559/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura ao Requerimento n.º 6134/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 539/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 589/2021, do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 545/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7135/2021, do Deputado Delegado Fernando Martins; **Ofício n.º 531/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 7424/2021, dos Deputados Gugu Bueno e

Hussein Bakri; **Ofício n.º 548/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7210/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 733/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná ao Requerimento n.º 517/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 732/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 174/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 536/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura ao Requerimento n.º 1226/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 107/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 755/2021, sendo convertido na Lei n.º 20994; **Ofício n.º 13/2022** da Paraná Educação, solicitando a dilação de prazo, até a data de 30 de abril do corrente ano, para entregar a prestação de contas do exercício de 2021, já autorizada pelo Despacho 257/2022, da Secretaria Geral da Presidência; **Ofício n.º 812/2022** da Casa Civil, encaminhando informações referentes à prestação de contas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná – Fecop/PR, exercício 2021.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeira oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Tercílio Turini; Mabel Canto; Guto Silva; e Michele Caputo.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Cumprimentar todos que acompanham esta Sessão. No uso deste espaço neste dia, quero inicialmente parabenizar novamente a Deputada Mabel pela iniciativa do Projeto, com o Pastor Gilson, também com o Deputado Goura, Deputada Cristina, o Projeto que permite às doulas poder ter sua presença nos hospitais no momento então do parto, o que é muito importante, o que traz com toda certeza segurança e tranquilidade às mulheres, neste momento em que a mulher mais precisa realmente de confiança. Esse é um Projeto muito

importante, já passou em primeira votação nesta Casa e esperamos o mais rápido possível podermos votarmos esse Projeto, que com certeza dará mais segurança então a todas as mulheres que querem a presença das doulas no momento do seu parto. Também, Sr. Presidente, reforçar aqui um Projeto que já há muito tempo estamos reivindicando, já passou por esta Casa em primeira votação, é um Projeto de minha autoria com o Deputado Michele Caputo, é um Projeto da transparência da fila do SUS. Os paranaenses esperam por esse Projeto porque ele trará, não é, Deputado Michele Caputo, que é autor comigo nesse Projeto, ele trará, sim, não só a transparência, mas ele garante a cada cidadão paranaense a sua vaga na fila do SUS sem ter aquilo que por muitas e muitas vezes acompanhamos, ou vimos acontecer, de o paciente ficar na fila do SUS e ficar esperando por três, quatro anos, e outras pessoas que são encaminhadas depois deles para fazer um exame, para fazer uma consulta, um atendimento mais especializado, uma cirurgia, muitas vezes pessoas que chegaram depois desse paciente, eles são encaminhados primeiro, e a pessoa fica por muito e muito tempo na vaga. Falta essa transparência. E esse é um Projeto que não traz grandes transtornos no Estado do Paraná, não exige recursos, e temos a certeza de que trará, sim, então, com toda certeza uma transparência maior de todo o trabalho da Secretaria da saúde. Mas, mais do que isso, é o direito de as pessoas poderem ser atendidas conforme elas também estão na fila do SUS. Então, esperamos que o mais rápido possível esse Projeto seja aprovado. E falando nesse Projeto, que é um Projeto que temos e que pedimos essa transparência pela Secretaria da Saúde, falar aqui que no dia 7, agora, 7 de abril, é o *Dia Mundial da Saúde*, e a saúde, quando falamos da saúde, não falamos apenas da saúde, falando da saúde física, mental, só saúde quando se fala de doenças ou de enfermidades, mas falamos, sim, da saúde física, mental e social. E isso é importante termos presente, Deputada Mabel, porque quando falamos da saúde física, mental e social, estamos falando que a saúde é um dever do Estado, de trabalhar para que todo cidadão tenha saúde, estamos envolvendo toda a questão trabalho, a questão de saneamento básico, estamos falando do atendimento direto, claro, a questão da saúde, mas estamos falando da renda do cidadão e

precisamos garantir a questão da habitação, o transporte, o lazer, a atividade física, tudo isso faz parte do bem-estar e para garantir a saúde do cidadão. E por isso que no dia 7 de abril, quando comemoramos, ou celebramos o *Dia Mundial da Saúde*, é preciso levar em consideração tudo o que vem acontecendo e é importante que o Estado realmente faça essa reflexão de como está fazendo o seu papel para garantir a saúde de todo o povo paranaense. Falar também que quando falamos da saúde não tem como não falar aqui do que estamos ainda passando, que é a questão da pandemia, que é a questão da Covid-19. Sabemos que hoje no Brasil já passam de 660 mil óbitos, sabemos que são mais de 30 milhões de brasileiros que foram infectados, que foram contaminados pela Covid-19. Aqui no Estado do Paraná já passa de 42.700... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): No Estado do Paraná já passa de 42.700 óbitos e é uma preocupação muito grande. Por isso, sim, temos que estar com toda a responsabilidade defendendo, sim, a vacina, defendendo, sim, a vida do cidadão, defendendo todos os cuidados necessários para que o povo possa ir e vir, mas com todos os cuidados necessários, sabendo que a liberdade do ir e vir de um começa onde começa a liberdade de ir e vir do outro. Por isso, é importante que tenhamos a responsabilidade de votarmos nesta Casa, por isso que sou, sim, a favor, e aqui já bem dito no dia de ontem pelos nossos colegas Deputados que defenderam muito o voto contrário ao Projeto do passaporte da vacina. Lembrar aqui que a responsabilidade fica conosco. Uma nova onda do coronavírus... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, pode concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir. Uma nova onda do coronavírus já vem se desenhando e temos que ter responsabilidade nesta Casa.

Por isso que votamos pelo cuidado e defendemos a vacina e defendemos a vida de todos os cidadãos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores da cidade de Rancho Alegre, Sr.^s Amarildo José da Silva e Marcos Medeiros Costa Farias e da Sr.^a Valéria Minervino Aguilar, por solicitação do Deputado Alexandre Curi. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, membros da Mesa Executiva, Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham das galerias e pelas redes. Quero dar uma grande notícia. Ontem, o Bloco que foi formado, fruto das mudanças partidárias, o Bloco com três Deputados do PSDB, Mabel Canto, Cristina Silvestri, Michele Caputo, e também, com muita honra, Coronel Lee, que é um homem honrado, apesar de termos as nossas diferenças ideológicas, mas é um homem muito honrado, e também o Douglas Fabrício, companheiro de longa data. O nosso Bloco escolheu, por unanimidade, que a liderança desse Bloco aqui no Parlamento será exercida pela combativa e guerreira Deputada Mabel Canto. Acho que neste momento a Deputada Mabel está credenciada, afinal de contas, poucos blocos nesta Casa têm uma mulher à sua frente, e agora eles vão poder acompanhar. E tenho certeza, Mabel, de que você fará uma grande liderança à frente de todos nós. Sinto-me representado por você, grande Mabel Canto. Quero falar do Projeto de Lei n.^º 21/2019. Um Projeto de Lei que foi um dos primeiros apresentados nesta Casa, um compromisso meu e da Deputada Luciana Rafagnin, fiz a minha campanha e coloquei uma série de questões que gostaria de defender. E essa questão da visibilidade da fila do SUS foi uma das que mais chamou a atenção das pessoas. Apresentei esse Projeto, seguiu a sua tramitação, foi aprovado na CCJ, portanto, não tem a menor discussão com relação à sua constitucionalidade. Foi aprovado na Comissão de Saúde por unanimidade. É um Projeto que vem de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, Deputado Requião, que tem o apoio do Comitê Executivo da Saúde no Paraná, mas que chegou aqui e entendemos

certa demora no procedimento por causa da pandemia, mas que chegou aqui, foi aprovado em 1.^a discussão e depois, pelo que fui informado, Deputada Luciana, foi retirado e que precisa voltar. Já levei dois juízes federais conversar com o Presidente Traiano. O Presidente Traiano é um homem que sabe da importância e da independência desta Casa, sinto-me representado pelo Presidente. Agora, essa discussão tem que retornar aqui. Isso é um direito das pessoas saber em que lugar estão na fila de cirurgia eletiva, que lugar estão no procedimento especializado. Santa Catarina já faz isso há quatro anos. O Paraná tem tecnologia suficiente na Celepar e na Secretaria de Estado da Saúde para incorporar e criar um aplicativo. É importante saber como a fila está andando. É importante saber quais foram as prioridades dessa fila. Gestor não pode ter medo da fila e da transparência. Nem daqui e nem de lá. Isso serve, inclusive, para orientar a gestão, porque onde as filas não estiveram andando é importante para você direcionar mutirão. É importante para você fazer valer o direito das pessoas. Porque é assim, gente: *Ah, é cirurgia eletiva.* Cirurgia eletiva, por si, já dificulta o lazer, o trabalho, o convívio em família e na sociedade das pessoas. Agora, cirurgia eletiva também agrava. Cirurgia eletiva também complica. E as pessoas não são obrigadas a viver com restrições. As pessoas não são obrigadas a viver com dor. É um aplicativo que queremos para que as pessoas possam exercer o seu direito de monitorar isso. Claro, guardando o sigilo dos segredos, é só abreviação dos nomes. Isso não desrespeita lei nenhuma. Como disse, no nosso estado vizinho, coirmão, Santa Catarina já existe há quatro anos e funciona... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): ... e funciona bem. Então, gente, avalio que não podemos encerrar esta legislatura sem aprovar a transformar o que já foi aprovado na saúde, na Comissão de Constituição e Justiça e já foi aprovada aqui em 1.^a discussão esse Projeto de Lei n.^º 21/2019. Obrigado, Presidente. Confio na Mesa e na Presidência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Em 2019 fui vaiado vergonhosamente nesta Casa de Leis quando discutíamos a *Escola sem Partido*. Essas galerias estavam tomadas de sindicatos de esquerda, LGBT, LGBTQ, LGBTQIA+, menos, não sei o que etc. Como me inscrevi, senhores, como me inscrevi agora, apareceu meu nome ali, faltou esta Assembleia cair no chão. Fui vaiado. Esses autofalantes foram insuficientes perante a gritaria e a barulheira que fizeram. Nada foi feito. Começaram a invadir, pular da primeira galeria aqui embaixo. Os Sr.^s Deputados, os senhores mesmos correram para frente aqui, fui para o lado contrário. Temos nosso extinto policial ainda e determinei um Capitão e falei: *Algeme e já encaminhe. Faço o primeiro perímetro com choque e encaminhe as células para evacuar o prédio*. Sei que a ordem não é minha, mas só que foi um extinto. Isso é da Presidência. E assim foi passando o meu tempo. Foi passando o tempo e fui novamente vaiado ensurdecedoramente nesta Casa de Leis quando toquei no nome do meu Deus. E foi impossível falar. E encerrei, então, minha fala, senhores, falando que para mim é uma honra ser vaiado por pessoas daquela natureza. E tristemente ontem vi como os senhores foram tolhidos. Vocês pessoas de bem, que estão tentando falar alguma coisa sobre a liberdade. Temos até o Ministério Público que está ameaçando as nossas famílias, querendo tomar os nossos filhos na marra se não dermos uma vacina de caráter experimental. Então, vou falar em meu nome, senhores, vou falar em meu nome. Ontem vi o Deputado Amaro, que falou a mesma coisa que falei e estou falando aqui agora. Vou falar em meu nome. Peço desculpas a todos vocês pela maneira como foram tratados ontem. É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente Ademar Traiano, companheiros. É uma satisfação muito grande me dirigir a esta tribuna na tarde de hoje para em um breve relato fazer uma fala a respeito do programa dos parques urbanos. *Parques Urbanos* é o programa que o Paraná criou para a conservação do solo, da água, preservação de nascentes, recuperação ambiental e transformando vários pontos nas cidades, que eram mananciais de criação de vetores do mosquito da Dengue, escorpião, locais ermos que, muitas vezes, serviam para bandidagem ficar localizada, criamos o programa de Parques Urbanos, que hoje é o maior programa do Brasil de recuperação do solo e da água. Estamos fazendo hoje, já estão em construção, inicialmente demos ordem de serviço para 45 parques urbanos e agora para mais 17. Portanto, são 62 parques urbanos em construção no Estado do Paraná. Sabe o que isso significa, Dr. Batista, 62 parques urbanos no Estado do Paraná? Significa o maior programa do Brasil de parques urbanos. Um deles, inclusive, lá na sua cidade de Maringá, indicação de V.Ex.^a, que ficou, realmente, um parque muito bonito, que atende a cinco, seis bairros em Maringá. Um Projeto excelente do nosso Prefeito Ulisses Maia, que ficou um dos parques mais bonitos. Também não é diferente a cidade de Guaíra, onde teve um trabalho grande do Deputado Marcel Micheletto, que é um dos Deputados bem votados naquela cidade, representa aquela região, representa bem Guaíra. Uma região que já vinha sendo representada pelo seu pai, como Deputado Federal, e agora você, como Deputado Estadual e defensor do agronegócio, tem feito um papel realmente excepcional naquela região de Guaíra, estendendo-se para Assis Chateaubriand, toda região Oeste e noroeste do Estado do Paraná. Esse parque de Guaíra, um parque localizado na entrada da cidade, onde ali, sim, ali era um centro de criação de tudo que é tipo de maus feitos. E hoje se tornou um grande polo turístico da cidade, cidade que perdeu as nossas sete quedas, perdeu o ponto turístico muito importante e acabou ganhando esse ponto turístico. Vale lembrar que além da conservação do solo e da água, a preservação ambiental, esses pontos acabam se tornando um local para entretenimento das famílias. E também, como todos sabemos, infelizmente, os males da vida moderna hoje, antigamente quando você falava que alguém tinha

depressão, estafa, estresse ou coisa parecida, não é, Tercílio Turini, a turma dizia que isso era coisa de quem não tinha nada o que fazer. Mas, hoje, estafa, estresse, depressão acontecem normalmente em nossa sociedade, inclusive esses parques urbanos hoje são locais para as pessoas poderem fazer uma caminhada na estrada. Nós que andamos pelo interior, não é, Tercílio, vemos muitas vezes de manhã cedo e, principalmente, à tarde, o pessoal sair e fazer caminhada na estrada. Pega o asfalto e sai fazer uma caminhada de dois, três quilômetros, correndo um risco muito sério. Então, um programa de parques urbanos é um programa que veio para a família poder fazer sua caminhada final de tarde, poder se encontrar. Então, além de preservação do solo e da água, preservação ambiental, também o combate ao estresse e o local para as famílias poderem se reencontrar. Então, hoje, Tercílio, Batista, o programa dos parques urbanos é o maior programa do Brasil. Nenhum Estado no Brasil está fazendo 62 parques urbanos. E agora com os recursos que virão da multa da Petrobrás, vários municípios vão receber os parques urbanos, como, por exemplo, Batista, Japurá, que é um município que V.Ex.^a tão bem representa comigo, inclusive. Vai sair lá um Projeto muito bonito. Então, aqueles prefeitos que fizeram os projetos dos parques urbanos, todos, até agora, Missionário Arruda, todos até agora foram agraciados. E esse dinheiro da multa que estamos lutando que está – o dinheiro está na conta, os projetos estão prontos, só a Justiça Federal disse: “Só não pode fazer o desembolso”. Vamos fazer mais cem parques urbanos. Serão 162 parques urbanos construídos em todo o Estado do Paraná. Então, é uma satisfação muito grande poder ter feito parte deste momento histórico e a criação do programa Parques Urbanos. Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus. Saudar aqui o Deputado Guto Silva, da Casa Civil, e agradeço a presença de todos. Felicidades. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO BOCA ABERTA JÚNIOR (PROS): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Boca Aberta.

DEPUTADO BOCA ABERTA JÚNIOR (PROS): Senhor Presidente, só para fazer o registro aqui, rapidamente, hoje nosso time de Londrina está completando 66 anos de história, 66 anos de tradição. Não poderia deixar de fazer esse registro, porque ano passado aprovamos uma lei que inclui no nosso Calendário Oficial do Estado do Paraná, o *Dia do Londrina Esporte Clube*, a ser celebrado hoje dia 5 de abril. Ficamos muito felizes em fazer parte dessa história de acompanhar o nosso Tubarão, de coração, com grandes conquistas, com essa história brilhante e de poder também ter o orgulho do nosso time que leva o nome da nossa cidade e nos representar no cenário estadual e nacional do nosso futebol. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento os nossos visitantes e cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Hoje quero tratar aqui da duplicação da Rodovia 163, entre Cascavel e Marmelândia, que é distrito de Realeza. Estas obras já eram para estar concluídas em 2018. Pude participar, lá em Capitão Leônidas Marques, da Audiência Pública em 2014, debatendo como seria a duplicação dessa rodovia. Essa rodovia está com as obras paralisadas. E no dia 6 de janeiro o Deputado Sérgio Souza, Deputado Federal, deu uma entrevista ao jornal *O Paraná*, de Cascavel, dizendo que recebeu informações do Ministério da Infraestrutura e Logística, de que só serão retomadas essas obras após a concessão para pedágio, que a pedagiadora é que vai retomar as obras. Ora, isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Essa rodovia era estadual. Com lideranças de Cascavel, fui a Brasília, para falar com o Presidente Lula, na época. Ele federalizou a rodovia porque ela estava abandonada, estava esburacada, não tinha como trafegar na rodovia. Então, ela

foi federalizada. Virou 163. Na sequência, fomos conversar com a Presidenta Dilma e também com as lideranças de Cascavel e ela concordou em duplicar a rodovia e determinou a duplicação e começou a duplicação ainda no Governo Dilma. Mas veio o golpe, entrando, então, o Temer. Pararam as obras, reduziram os recursos para a duplicação. Veio o atual Presidente – estão passando quatro anos – também não concluiu a obra, e, aí, trouxe um grande problema para a população. É perigo, é prejuízo e agora quer pôr pedágio. O compromisso assumido pelo governo, Governo Dilma, era a duplicação sem pedágio e incluiu, inclusive, a duplicação entre Toledo e Marechal Cândido Rondon, também sem pedágio. E, agora, a obra parada, essa informação que é um absurdo de que só retomarão as obras depois de pedagiar essa rodovia. Por isso, aqui, nesta Assembleia, fiz discurso dizendo que não podíamos aprovar a lei permitindo colocar novos pedágios no Paraná, e a lei foi aprovada pela maioria! Agora lá está a população cobrando, todos os dias, que se faça alguma coisa. Da nossa parte da Oposição, fizemos. Lutamos para federalizar; lutamos para duplicar. A duplicação começou e aí veio o Governo Temer e não investiu, veio o atual Presidente e não investiu. E, agora, quer pôr pedágio para depois terminar a duplicação. Está errado o governo. Por isso fica aqui a nossa solicitação, por isso estamos protocolando um requerimento para mais uma vez solicitar ao Presidente da República e ao Ministro de Infraestrutura e Logística, que mande recursos para terminar essas obras e que não coloque pedágio naquela rodovia, porque ela é do povo. A maior parte já está duplicada com dinheiro público e não pode ser entregue à sanha do mercado para cobrar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, senhores que nos visitam. Senhor Presidente, fiz questão de vir esta tarde aqui à tribuna para que pudéssemos falar de um trabalho qualificado que é feito na cidade de Maringá por esquipes de voluntários. Tive a satisfação de participar, Sr. Presidente, da Casa de Apoio São Rafael, que atende

a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade. Parabenizar o Dr. Luiz Renato, que é um grande voluntário e presidente da entidade; a Dr.^a Mariane Arns, que também faz um trabalho maravilhoso, e a Coordenadora Maria Izabel, que fizeram uma promoção para angariar recursos. Tiveram, aproximadamente, promoveram uma corrida pró-São Rafael e aproximadamente 900 pessoas se escreveram. Novecentas pessoas para participar da corrida. E uma coisa muito interessante: a participação dos cadeirantes também, Deputado Romanelli, participando da corrida e todos foram homenageados com a vitória nessa corrida, completando ou não, completando o trecho de sete quilômetros todos receberam troféu. E recebemos também muitos apoios de muitas entidades, inclusive da Sanepar que nos ajudou a fazer essa promoção. Mais de 1.200 corredores sete horas da manhã, no domingo, trazendo qualidade de vida. Isso daí, nós, como médico, como cirurgião, sabemos a importância que tem, Deputado Ricardo Arruda, sabemos a importância que tem essas pessoas promovendo a saúde. E esses colegas médicos que fazem um trabalho maravilhoso, bonito, na cidade de Maringá, é um trabalho que fazemos na Pastoral da Saúde há aproximadamente 38 anos, Deputado Gilberto Ribeiro e Deputado Adelino Ribeiro. A esse trabalho vamos dar continuidade. É uma coisa muito boa, Sr. Presidente Deputado Ademar Traiano, quando estamos falando de saúde já, digamos assim, quase no final de uma pandemia, mas o vírus não acabou, o vírus está aí, temos que tomar ainda todos os cuidados possíveis, todas as precauções possíveis. E olha, quando falamos, nesse período, quando se fala em vacinações, as complicações, tive a satisfação de, há 40 anos, fazer estágio no Hospital Emílio Ribas, de São Paulo, que era um hospital de referência nacional de doença infectocontagiosa, moléstia de todos os tipos, todos os tipos de vírus, vírus HIV, coronavírus já naquela época. E, digamos assim, 40 anos, cadê a vacina do HIV? Cadê a vacina do HIV? Nada! Quarenta anos atrás, quando se falava em coronavírus, apareceu agora a vacina e ajudou muito. Agora, como Presidente da Comissão de Saúde que sou nesta Casa, com mais seis membros que participamos da Comissão, sabemos, Deputado Evandro Araújo, sabemos, quando se passou na nossa Comissão esse Projeto de Lei do direito de ir e vir, teve um empate. E desempatamos porque

queremos ouvir também todos os nossos Deputados, Deputado Ricardo Arruda, para que viessem aqui. Demos o voto de desempate, sim, favorável para que viesse aqui para esta Casa, para que todos os Deputados tivessem a oportunidade de expor a sua opinião e o seu conhecimento. Como muitos aqui estudam muito do assunto, Deputado Nelson Luersen, muitos estudam o assunto, não vêm aqui jogar conversa no ar, vêm aqui trazer conversas com conhecimento de causa. Então, por isso, Sr. Presidente, que votei “sim” ao direito de ir e vir e fiz questão de vir aqui a esta tribuna e dizer a todo o Estado do Paraná, e este trabalho vai continuar porque respeitamos o ser humano. Muito obrigado, Sr. Presidente! Até então.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet (PROS); Mabel Canto (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Plauto Miró (UNIÃO); Galo (PP); Goura (PDT); Tadeu Veneri (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, o senhor está ouvindo, Sr. Presidente? Está me ouvindo bem, claro?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Fruet, aliás, estou lhe ouvindo muito bem agora. Agora de forma ainda muito mais clara do que quando V.Ex.^a estava em Foz do Iguaçu.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Está certo. Obrigado, Sr. Presidente! Senhoras e Sr.^s Deputados, Sr. Presidente, paranaenses que nos acompanham aí nesta Sessão, uma boa tarde a todos vocês, todos nós, não é! O assunto hoje que me traz a esta tribuna aqui: Copel. A Copel tem uma caixa-preta que ninguém tem acesso além dos seus diretores e do Governador, mas nós, meros Deputados, conseguimos pegar alguma informaçãozinha olhando pela frestinha. Nos últimos anos, a fatura mensal de energia elétrica, a famosa conta da Copel, tem subido

absurdamente, inversamente proporcional ao poder de compra das famílias paranaenses. Enquanto a maioria dos paranaenses fica mais pobre, a Copel, falo aqui entre os seus acionistas e diretores, fica mais rica. No próximo dia 29 de abril agora, a empresa realizará nova assembleia geral ordinária para tratar de assuntos diretamente que dizem respeito aos acionistas e indiretamente que dizem respeito a cada paranaense, pois as decisões tomadas nessa assembleia refletem em todos nós. Aliás, em todos os bolsos, pois, como sempre digo, somos nós aí, paranaenses, que pagamos as contas pelas bobagens que o Governo faz na Copel e na Sanepar. Pois bem, como diria o nosso antigo Líder do Governo, senão vejamos. Com relação a essa assembleia da Copel, ao ler a proposta da administração para 2022, temos alguns absurdos que preciso compartilhar com os senhores, com as senhoras e com o povo paranaense. Vou me limitar a poucos itens, apenas para demonstrar o desrespeito dessa empresa com os paranaenses, principalmente o desrespeito com os mais pobres e para demonstrar o quanto generoso é o Governo Ratinho Junior para com os seus acionistas e os diretores da empresa. Inicialmente, destacamos aí que o lucro recorde anunciado pela Copel foi, em 2021, superior a R\$ 5 bilhões. Por Lei, a empresa deve destinar 25% do líquido aos acionistas, por lei. Esse percentual seria em média aí R\$ 1 bilhão 187 milhões. Mas e o que a Copel fez ou fará? Bom, ela destinará R\$ 2 bilhões 575 milhões aos acionistas. É isso mesmo. Vai dobrar o valor destinado aos acionistas que por lei seria apenas 25%. E aí vem aquela famosa frase: A Copel é que quem mesmo? Se esse Governo que aí está, Governo Ratinho Junior, ele se preocupasse com o povo paranaense, ele usaria essa diferença para reduzir a conta de luz, apenas a diferença. Apenas essa diferença que citei aqui poderia reduzir todas as contas de luz do Paraná em mais de 10%, só com a diferença a mais que ele está dando para os acionistas. Então, meus senhores e senhoras aqui que estão nos acompanhando: de quem é a Copel afinal de contas? Vejam, senhoras e senhores, em 2018, os dividendos distribuídos foram menos de R\$ 100 milhões e, agora, em 2021, serão mais de 2 bilhões e meio, 25 vezes a mais. O que diria o Governo? Oh, a Copel lucrou mais! Mas lucrou em cima do povo, Governador Ratinho, que é injusto, muito injusto isso, Governador! Não nos

interessa distribuir mais riquezas aos bilionários, o que nos interessa é distribuir igualdade a todos, a preço justo na conta de luz. O engraçado é que a distribuição de dinheiro aos acionistas subiu 2 mil e 500%, entre 2018 a 2021, mas já os investimentos, nesse mesmo período, subiram apenas 10%. Então, a Copel é de quem mesmo? Por isso, vemos aí tantas quedas de energia, racionamento, falta de qualidade no atendimento. Além de não investirem, ainda estão aumentando a dívida da Copel para dar dinheiro aos acionistas. Nos últimos dois anos, os lucros da empresa dispararam e a sua dívida também. Além de o lucro disparar, juntamente a sua dívida subiu em quase 20%, apenas entre 2020 e 2021. Hoje, o passivo da empresa supera R\$ 26 bilhões, incluindo aí os quase 3 bi e meio que devem ser devolvidos aos consumidores, relativos aí a uma decisão judicial que determinou ressarcir o PIS/Cofins cobrados indevidamente, que foi matéria até no jornal. Mas para cobrar, a Copel é boa e rápida, mas para devolver não tem a menor pressa, tanto que lançou esse ressarcimento do PIS/Cofins para ser pago no período de um a cinco anos, ou seja, podem começar a devolver esse dinheiro dos consumidores só lá em 2022, aliás, 2026. Também temos destacado neste documento elaborado pela administração da Copel que, em 2021, foram gastos quase 30 milhões com publicidades e patrocínio, sendo 25 milhões só com publicidades. Agora, para 2022, coincidentemente, se é que alguém acredite em coincidência aqui no meio da política, coincidentemente, ano eleitoral, a Copel pretende aumentar esse gasto para 41 milhões, sendo que quase 35 em publicidade. Em um ano eleitoral, os rádios, TVs do Paraná receberão 30% a mais do que no ano anterior. Por que será, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados? Coincidência? Não vamos nem entrar aqui no mérito, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, que o Presidente da Copel é neto do ex-dono do que é hoje o Grupo Massa, de propriedade do pai do Governador. Negócio de família e de geração para geração! Inclusive até vi uma propaganda aí do Governo, negócio de pai para filho. Não bastasse tudo isso, o documento ainda demonstra que novamente, novamente o Governo tenta aumentar a remuneração dos coitados dos Conselheiros da Administração. No ano passado tentaram isso aqui; denunciamos, tomou um volume, houve protestos e o Governo recuou. Agora, tentam aumentar em mais de 20% da

remuneração desses Conselheiros. Mas o pior de tudo que li no documento, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e povo que nos assiste, a Copel paga bônus, bônus aos diretores. É isso mesmo! Ou seja, alcança metas, ou seja, garante bilhões de lucro aos acionistas, os seus diretores garantem milhões em suas contas – para este ano, irão aprovar mais de 3 milhões de bônus a sete diretores. Está bom, não é? São 5,5 milhões para salário e outros 3 milhões para bônus. A média salarial de cada Diretor da Copel é de mais de R\$ 1 milhão por ano, fora as benesses do cargo! Onde é que dá o nome aí para concorrer a esse cargo? Ganhando 1 milhão por ano, alguém aqui acredita, alguém aqui sãamente acredita que a diretoria da Copel e o próprio Governador Ratinho Junior, que nomeou esta diretoria, está preocupado com o povo paranaense? Este é o Governo que temos, não está preocupado com os paranaenses, com os comerciantes, com os empresários e as indústrias, ele está preocupado apenas com os bilionários acionistas da Copel e com os seus diretores e seus aliados políticos e com as emissoras de rádio e TV, que cada vez mais recebem rios e rios de dinheiro da Copel para mostrarem a beleza que só existe nessa propaganda enganosa e mentirosa deste Governo que aí está. E aí volto a fazer aquela pergunta para vocês, meus amigos: a Copel é de quem mesmo? Senhor Presidente, obrigado. Era só isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero fazer um apelo para os Blocos e Partidos, que por favor indiquem os Líderes até amanhã pela manhã. Temos situações para serem resolvidas e sem as indicações dos Líderes não conseguimos resolver. Então, preciso dessa informação até amanhã pela manhã. Com a palavra a nova Líder do Bloco PSDB/CDN e o que mais?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Democracia Cristã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputadas e Deputados. É uma alegria muito grande para mim, no dia de hoje, receber dos meus nobres e queridos colegas de Bloco Partidário, que é o

Deputado Michele Caputo, o Deputado Douglas Fabrício, o Deputado Cel. Lee e a nossa Deputada e Procuradora da Mulher, Deputada Cristina Silvestri, a atribuição de representar o nosso Bloco formado pelo PSDB, pelo Cidadania e pelo Democracia Cristã aqui na Assembleia Legislativa, como também é uma alegria falar em nome também do nosso partido, o PSDB, Deputado Michele Caputo, a quem me juntei, ao Deputado Michele e à Deputada Cristina, PSDB que tem uma trajetória histórica em nosso Estado, também em Ponta Grossa, meu pai mesmo foi Prefeito pelo PSDB em Ponta Grossa. Então, é uma alegria estar no ninho tucano e agradeço a todos vocês por nos receberem. Gostaria, Sr. Presidente, também de dizer da importância que é termos uma mulher na liderança. As mulheres, Deputada Luciana e Deputado Tadeu, precisam ocupar os espaços de liderança, inclusive na política. Hoje nesta Casa temos a Deputada Maria Victória e agora eu como lideranças dos Blocos Partidários, mas precisamos ampliar não só o número de Deputadas aqui, Deputada Luciana, neste ano de eleições, que sempre estamos clamando pela participação das mulheres na política, para que tenhamos mais mulheres neste espaço, não só para defender os nossos direitos, mas os direitos de todos, porque a mulher tem sensibilidade na condução das políticas públicas do nosso Estado e dos municípios aqui do Paraná. Então, precisamos dessa sensibilidade e precisamos que a mulher esteja aqui então ocupando esses espaços. E acho que o próximo passo inclusive, Deputada Cantora Mara Lima, é aprovarmos o Projeto que cria a Liderança Feminina na Assembleia Legislativa, que dá mais voz para que nós mulheres, representantes das mulheres paranaenses, possamos lutar pelos direitos delas e de todos. E espero, Deputada, que muito em breve esse assento aí esteja sempre ocupado por uma mulher. Se Deus quiser e com a aprovação dos Deputados, vamos votar o Projeto da Liderança Feminina e conquistar esse espaço que é tão precioso. Falando em mulheres, preciso fazer um registro hoje aqui nesta tribuna. Hoje é uma data especial para os bombeiros do nosso Estado. Em 2005, as mulheres iniciaram o ingresso no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar aqui do Paraná. A primeira turma de militares estaduais femininas teve 21 alunas, isso lá em 2005. Naquele ano, ocorreram várias turmas do curso de formação de Soldados e

Bombeiros Militares e, após 17 anos, então, temos aí a presença das mulheres também no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do nosso Estado. E é por isso que hoje estamos homenageando com uma menção honrosa uma dessas mulheres que foi integrante de uma dessas turmas lá de 2005 e que é a primeira bombeira lá do Batalhão de Ponta Grossa, que é a nossa querida Sargento Michele Lopes, 1.^º Sargento do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa, completando 17 anos de trabalho como integrante da corporação e foi, então, a primeira pontagrossense, Deputado Plauto, a ocupar, a integrar o Corpo de Bombeiros lá da nossa querida cidade. Então, nossa honra por esse destaque que ela teve, depois dela vieram outras bombeiras, hoje temos inúmeras por todo o Estado do Paraná, mas não podemos deixar de fazer esse registro de nós mulheres estarmos ocupando cada vez mais os espaços que eram imagináveis somente para os homens. Era isso, Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registraramos a presença nesta Casa das Vereadoras de Sertanópolis do Iguaçu, Sr.^{as} Anaide Michel, Clarita Filipin e Madalena, por solicitação do Deputado Nelson Luersen. Registraramos também a presença do Vereador de Assai, Sr. Carlos Junior da Silva; do Ex-Vereador de Jataizinho, Sr. Jorge dos Santos Pereira; e do Sr. José Luiz da Silva, Ex-Secretário de Esporte, por solicitação do Deputado Douglas. Obrigado pelas presenças. Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas, os que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias e nossos convidados ilustres que aqui estão apoiando os bons projetos para a nossa população do Paraná e do Brasil. Bom, hoje vamos votar novamente o Projeto n.^º 655/2021, hoje vamos votar o mérito e o que não falta no Projeto é mérito, porque, como muitos falam aqui, temos que ouvir a Ciência, estamos ouvindo os médicos, ouvimos a Organização Mundial da Saúde, a OMS, que é contra o passaporte sanitário; ouvimos o Conselho Federal de Medicina, que é contra o passaporte sanitário; e ouvimos ao redor do mundo que a maioria dos países já tirou essa obrigatoriedade da comprovação da vacina, então, estamos

segundo na mesma linha do que é correto e do que a Ciência manda. Agora, este assunto vamos falar daqui a pouquinho, vamos encaminhar o Projeto novamente, mas o que tenho para falar aqui hoje é o seguinte. Hoje teve um Projeto de Lei para ser votado na CCJ, mas o autor pediu adiamento, um Projeto do Deputado Tadeu, que é o Projeto de Lei n.^o 132/2021. Esse Projeto institui o *Dia Marielle Franco*, de enfrentamento à violência política, contra mulheres negras, LGBTQI+ e periféricas. Óbvio que somos contra, não ao projeto, não, somos contra a colocar o nome de uma mulher que não representa a nós, brasileiros. Não há mérito nenhum em Marielle Franco. Então, isso se tornou um Projeto ideológico. Para que por esse nome? Para quê? Não tem nenhuma utilidade pôr. Se fosse, Deputado Romanelli, para colocar o nome de uma mulher, tudo bem, políticos, vários já foram mortos, brancos, negros, homens e mulheres, isso é fato. O nosso Presidente que é branco quase foi assassinado também, a mando não sabemos de quem. Mas, quem deveria ser homenageado? Tem outros nomes que nem representam aqui no Brasil. Em 4 de abril de 2021, a professora Kelly Adriane, de 30 anos, foi uma das cinco vítimas mortas no atentado à escola infantil, em Saudades, no oeste de Santa Catarina. Morreu defendendo os alunos, as crianças. Da mesma forma, a Mirla Amanda Renner Costa, de 20 anos, morreu defendendo as crianças. Isso, sim, é heroína. Outra, em 5 de outubro de 2017, a professora Elen de Abreu Silva Batista, de 43 anos, morreu após tentar salvar crianças de um incêndio criminoso, causado pelo vigia da escola, lá em Minas Gerais. Essas são guerreiras e merecem o nosso apoio. Essas deveriam ter livros, novelas, filmes, mas não, eles preferem fazer filmes da Marielle. É lamentável, realmente, o que essa esquerda quer fazer em nosso País. Vão tentar, mas estamos aqui para lutar contra e defender quem merece realmente defesa em nosso Brasil. Chegou o tempo de colocar o Brasil em pé, porque estava *de perna para o alto* durante o governo de esquerda, que trocou o certo pelo errado, o bom pelo ruim, o mal pelo bem, o bem pelo mal e o honesto pelo ladrão. Então, hoje, estamos no quê? Reerguendo o nosso País. Ontem, quando falei aqui do ex-presidiário, Deputado Arilson – Deputado que respeito –, que fez a defesa, óbvio, acho correto, é o partido dele e que ele apoia, mas quando o senhor falou que não

há provas, vou dizer uma coisa ao senhor, Deputado Arilson, são mais de 3 mil provas das falcatrusas do Lula. (Manifestação nas galerias.) A sentença que o Juiz Sérgio Mouro deu, tinha mais de 200 páginas na condenação, com provas incontestáveis. Tanto são incontestáveis, que três Desembargadores do mais alto gabarito do TF4 votaram, aceitaram a denúncia e aumentaram a pena, porque comprovaram que as denúncias eram reais. O STJ também acatou as denúncias e as provas incontestáveis, seis Ministros do Supremo acataram da mesma forma a denúncia e as provas. Porém, um belo dia o Ministro Fachin sonhou no mundo, sei lá que mundo que ele acordou e falou: *Não, o Lula, tadinho, ele me indicou aqui para ser Ministro. Ele é honesto.* É o que ele fez. E a Juíza de Brasília que absolveu o Lula e mais oito, absolveu dizendo a verdade. Ela disse que aquela quantidade de provas contra o Lula, que eram incontestáveis, porque sabemos que teve o Mensalão, o Petrolão, tudo na época do Lula, onde ele foi colocado como chefe da quadrilha. Ela disse que, como ela foi proibida de investigar as provas do processo, teria que absolver, proibida pelo STF, então, ela tinha que absolver o Lula. Foi assim que o Lula se tornou ficha limpa, assim com uma mentira gigante, ela foi proibida de investigar as provas pelo STF. Não tem que falar mais nada. Por essa razão, o candidato a Presidente Lula não pode andar na rua. Ele tem medo de ir à rua, falou que não vai a debate nenhum, porque na rua ele é chamado de ladrão. Ele é chamado de ladrão. Na rua, não tem outro adjetivo para ele. Agora, ele vai fazer reunião fechada, vai com o MST, vai a uma universidade, veio aqui na Unimed, fechadinho, não põe a cara na rua. Só chama o grupo do PT para bater palmas para ele e ouvir as barbaridades que esse cara diz. Repito, até teve, aqui, não sei se foi o Cônsul da Ucrânia, que fez críticas pesadas à fala do Lula, que disse que essa guerra entre a Rússia e a Ucrânia se resolveria em uma mesa de um bar, tomando cerveja. Seu Lula, pinguço é o senhor e quem lhe acompanha, o resto do mundo não. Temos que tomar as decisões sérias com muita lucidez. Nunca vi uma empresa, uma multinacional, uma grande empresa, resolver, aprovar um Projeto, todo mundo bêbado. Acho que nem o Deputado Jonas, que é empresário, viu isso. Não tem como, gente! Hoje, ele está lúcido para resolver ou tem gente que vive mais bêbado do que

lúcido, aí, tudo é válido. Acho que esse é o perfil do tal do ex-condenado Lula Inácio da Silva, o homem que quase quebrou o nosso País, além de envergonhar o nosso País mundialmente. Foi isso o que aconteceu. Senhor Presidente Tercílio, vou finalizar por aqui, porque acho que tem muita conversa pela frente ainda. Muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Plauto Miró.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, quero hoje, aqui, registrar uma ação política que foi desenvolvida junto ao Governador do Estado do Paraná, Governador Ratinho Junior, e que proporcionou a realização de um sonho dos moradores de Ponta Grossa e de toda a região dos Campos Gerais e também do nosso Estado do Paraná, que foi a liberação de recursos para construir, no município de Ponta Grossa, um novo espaço, um hospital para o tratamento de câncer, que naquele município era feito em uma pequena ala do Hospital Santa Casa. A direção desse hospital, muito organizada, muito competente, tinha no seu sonho a construção desse novo espaço, desse novo hospital. E se tinha uma ideia, envolvi-me na luta dos dirigentes da Santa Casa de Misericórdia e fomos à busca dos recursos. Inicialmente, são necessários R\$12 milhões para a construção desse novo prédio. Depois da execução de todos os projetos por parte dos dirigentes da Santa Casa, os projetos executivos, todas as licenças que são necessárias, possibilitou-se que o Estado firmasse com o município de Ponta Grossa um convênio, onde o Deputado Marcel, nosso novo Líder na Assembleia Legislativa, Líder do Governo, amigo dos Deputados, tanto de uma corrente política, quanto de outra, teve nessa assinatura desse convênio a liberação dos recursos. Dentre em breve, a Santa Casa de Misericórdia vai começar a construir nesse espaço, que é de sua propriedade, um terreno que ela recebeu da Prefeitura Municipal, teremos no decorrer do tempo a execução da obra e, se Deus quiser, em de um espaço mais longo de tempo, a inauguração desse importante espaço que vai combater a doença do câncer nas pessoas, não só de Ponta Grossa, como dos Campos Gerais. Para as pessoas terem uma ideia,

hoje temos os pacientes, não só de Ponta Grossa, como de toda região dos Campos Gerais, que uma parte pequena faz o tratamento em Ponta Grossa, e outra parte embarca nos ônibus, nos seus municípios, para se deslocarem até Curitiba, ônibus esses que são oferecidos pelas Prefeituras, essas pessoas saem 6 horas da manhã de casa para pegar esse ônibus, vêm, fazem o seu tratamento, muitos deles tratamento como de quimioterapia, um tratamento agressivo, e no final da tarde o ônibus faz a coleta de todas essas pessoas para trazer para o município de Ponta Grossa e para os municípios dos Campos Gerais. Então, é uma bela causa e quero aqui frisar que o Governador Ratinho Junior, o Secretário Beto Preto, tiveram essa sensibilidade, o dinheiro já está liberado para a Santa Casa de Misericórdia, a maior parte já está acertada com o hospital, uma pequena segunda parte no próximo ano será liberada, mas o mais importante é que Ponta Grossa vai receber um espaço, um hospital do câncer, para atender com conforto, com muita capacidade a todas as pessoas que ali procuram. Quero dizer também aqui às pessoas que estão na Assembleia Legislativa trazendo sua manifestação a favor do Projeto de Lei n.º 655, e que fico muito feliz. Estou há 30 anos nesta Casa, nunca vi na história bandeira verde e amarela posicionadas nesta Casa; vi, sim, bandeira do MST, bandeira vermelha do PT, vi bandeiras da CUT sendo expostas aqui, e com os manifestantes, vocês são lordes perto dos manifestantes que já estiveram aqui, vocês são educados. No passado, o que vimos e acompanhamos, na votação da Copel, na votação que tivemos aqui na Assembleia Legislativa, tantas elas, onde as pessoas não só ficavam aí se manifestando, legítimo, mas pulavam aqui para dentro, e inviabilizavam e paravam uma Sessão do Poder Legislativo, quantas vezes vi isso acontecer. E neste momento fico feliz de dizer, voto a favor do Projeto de Lei n.º 655, porque defendo essa ideia e a liberdade a todos aqueles, liberdade a todas as posições, liberdade para que as pessoas possam decidir para si. Sou a favor da vacinação, sim, mas não ter que ter um passaporte sanitário, sendo que os principais países do mundo liberaram. Por que o Brasil não libera? Por que o Brasil continua trancando? É uma briga ideológica que assisto há muito tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Gostaríamos de registrar a presença nesta Casa do Presidente da Câmara de Vereadores de Grandes Rios, Sr. Paulo Sergio, e da Vereadora Roseli Ribeiro, por solicitação do Deputado Cobra Repórter. Obrigado pelas presenças. Voltem sempre. Com a palavra, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Nobre Sr. Presidente, Doutor Turini, demais membros da Mesa Diretora, Excelentíssima Sr.^a Deputada Mara Lima, meu prazer emvê-la aqui na Mesa Diretora. Como disse a Deputada Mabel, que se concretize, mesmo que tardiamente, a liderança, a presença das mulheres que hoje estão tão bem marcadas por todas as Deputadas, ter assento em uma Mesa Diretora. Pode contar com o Galo a qualquer momento para que isso aconteça. Senhoras e senhores, quero falar especialmente hoje para Paranaguá. Quero falar, pedir permissão a todos que nos acompanham e falar da Ilha dos Valadares. Senão vejamos, Marcel, nosso Líder, senhoras e senhores, toda a velha política já passou neste momento que vou relatar aqui. Trata-se de uma das mais bonitas ilhas do nosso litoral, que é a Ilha dos Valadares. Ilha dos Valadares que no passado longínquo, é porque lá havia uma família, essa família chamada Valadares era dona de escravos, e ficavam lá Ilha, e quando havia negociação, dizia assim: *Olha, vai lá no Valadares que lá tem bons escravos.* O tempo passou, mas muita coisa não mudou. O que não mudou? A necessidade de bem-estar para a população da Ilha dos Valadares. Temos uma ponte, uma pequena ponte, não podemos chamar de ponte o que existe hoje, que faz a ligação Paranaguá-Ilha dos Valadares. Pois bem, passou um Governador, passaram dois Governadores, passaram três Governadores, e passaram e passaram e passaram e passaram, e ninguém lembrou de mexer nessa ponte da minha querida Ilha dos Valadares. Aliás, terra do meu pai. Senhoras e senhores, o povo hoje sofre, porque temos uma balsa que faz a travessia, e essa balsa, além de cara, ela enfrenta problemas da maré, subiu a maré para tudo e vira uma mercadoria. Muito bem. O Governador Ratinho Junior, quando assumiu, estando Deputado, assumimos juntos, um dia conversei com o Governador, disse ao Deputado Amaro, ao Marcel – Deputada Cristina, como vai a senhora? Prazer emvê-la.

Senhoras e senhores, um dia falei com o Deputado Marcel aqui, o Marcel não vai lembrar, aí o Marcel disse: *Tem que mexer*. Mas agora o Marcel exerce uma função em um momento importante aqui nesta Casa de Leis porque é o nosso Líder. O tempo passa, solicitamos a diversos colegas, vamos me ajudar, na Casa Civil estava o Guto Silva, e o Guto Silva que está hoje aqui, tem lembrança desse pedido. Entrei na sala do Chefe da Casa Civil e falei: *Guto, precisamos de uma ponte para a Ilha dos Valadares*. E o Guto Silva naquela ocasião passou a mão no telefone e conversou com alguém e me disse a resposta: *Galo, vamos lutar, vamos lutar, talvez falemos com o Porto*. E sobe, e desce, e vem. Fui chamado de mentiroso dentro de Paranaguá por alguns segmentos políticos: *É mais um que vem contar história da ponte dos Valadares*. Pois é, só que o Governador chama-se Ratinho Junior. Aquela sementinha colocada lá pelo Galo no Guto Silva, o Guto Silva fez a coisa andar, fez a engrenagem girar, e quem diria, o Governador Ratinho Junior decidiu: “Vou dar a ponte para o povo dele dos Valadares, para o povo parnanguara”. Mas isso aí é para garantir voto? Não, não é para garantir voto, é o olhar voltado de um Governador que faz uma política nova, não é a política velha. A política velha deixou abandonada lá a escola Cidália, na Ilha dos Valadares, durante 22 anos, durante 22 anos os meus bagrinhos, os meus parnanguaras ficaram no sol, 33, 34, 35, 40, professor e aluno, e ninguém mexia. Passava um. Como vai Curi? Passava um passava mais um: *Ah, deixa de lado, a Ilha do Valadares, quantos votos tem lá? Ah, não, larga esse povo*. O Governador Ratinho Junior, Guto Silva, o meu querido Michele Caputo sabe dessa história porque tem o seu dedo nessa Ilha de Valadares, tem a sua vontade, o seu desejo de que isso aconteça, tem o Curi, Deputado Curi que aqui se encontra. Então, veja, uma pleia de Deputados que queriam o quê? Vamos fazer essa ponte? Aí o Galo começou a cutucar. O Marcio não. Brincadeira meu querido, Marcio, você é um dos principais...

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO GALO (PP): Por gentileza, Luersen.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Galo, quero parabenizar V.Ex.^a pelas colocações. Acompanhei a sua luta por essa ponte, desde o primeiro dia que V.Ex.^a está aqui na Assembleia pedindo para o nosso Líder Hussein Bakri, pedindo para o nosso Chefe da Casa Civil, Guto Silva, pedindo para o Governador, trabalhando em favor da comunidade de Paranaguá. Então, essa ponte dos Valadares com certeza é importantíssima para o município de Paranaguá e é uma conquista sua, é uma conquista do povo de Paranaguá, é uma conquista do nosso Governador Ratinho Junior. Parabéns Deputado Galo por essa merecida obra que vai beneficiar muito a população do município de Paranaguá.

DEPUTADO GALO (PP): Muito gentil V.Ex.^a.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO GALO (PP): Deputado Amaro, meu parceiro. Diga, Deputado Amaro. Onde você está, não estou te vendo.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Estou aqui no seu lugar. Então, já vi muito, você sabe que morei em Paranaguá e ouvi muito falar da ponte. Quero parabenizar esse trabalho que você tem feito lá no litoral e abraçou esta causa. Você abraçou a causa do litoral. Então, te parabenizo por isso. Sempre queremos ver o litoral se desenvolvendo. Paranaguá desenvolvendo. As pessoas diziam: *Ah, é mentira. Isso nunca vai acontecer.* Ouvi, dentro do Valadares, pessoas dizendo que isso nunca iria acontecer, que ninguém iria fazer. Mas me recordo, muito bem, dentro do nosso Bloco, conversamos muitas vezes sobre Paranaguá e você foi incisivo. Você falava assim: *Vou fazer acontecer lá em Paranaguá.* E foi dito e certo. Então, as pessoas que falam em grupo de WhatsApp: *Ah, tem um Deputado aqui falando que algum já mandou dinheiro e nunca resolveram.* O Governador Ratinho Junior tem essa missão. As obras estruturantes. O Valdemar ficou sabendo disso estava lá na Secretaria. Então, todo mundo lutou em prol dessa ponte de Valadares. Você encabeçou isso muito bem. Vossa Excelência está de parabéns pelo trabalho que tem feito. Tenho certeza de que vai sair essa ponte.

Vai melhorar muito a situação, porque as pessoas não conseguem nem colocar o carro na Ilha de Valadares, essa que é a verdade. O carro fica para o lado de cá, a pessoa atravessa ali aquela pontezinha de bicicleta ou de moto, mas agora vai ser diferente sim, tenho certeza de que isso vai dar muito certo. Parabéns pelo trabalho que tem realizado e pelo povo parnanguara.

DEPUTADO GALO (PP): Grato, Deputado Amaro. Claro que o Marcio Nunes, brinquei com o Marcio Nunes aqui. Marcio Nunes, quero que o Marcio saiba que ele tem uma importância determinante. O Marcio Nunes, na Secretaria, sempre ajudou o povo de Paranaguá. Marcio Nunes é um grande parceiro. O meu querido Lorde, vejam bem, a Assembleia Legislativa aceitou o pedido do Galo. Mas o mais importante, o Governador Ratinho Junior. Excelentíssimo Sr. Governador, o senhor faz a política nova. O senhor deixou a política velha para trás que olhava: *Quantos votos tem lá? Ah, lá não vale a pena obra.* Vossa Excelência olha o bem-estar da população, do povo, principalmente do povo humilde. O meu querido povo da Ilha dos Valadares, Governador Ratinho Junior, V.Ex.^a estará na quinta-feira, às 10h30min, lá em Paranaguá, lançando esse importante Projeto, que é a Ilha dos Valadares. Tenho certeza de que o Goura, por exemplo, que é um homem ligado também da raiz das nossas ilhas, gostará dessa obra que vai beneficiar, a Mara Lima. Olha, se for numerar toda a Assembleia quer essa obra, tenho certeza. Mas o grande líder chama-se Ratinho Junior. Deixo aqui, Ex.^{mo} Sr. Governador...

Deputado Marcio Nunes (PSD): Galo, só um aparte.

DEPUTADO GALO (PP): Pois sim, Marcio.

Deputado Marcio Nunes (PSD): Parabenizar o Galo pelo trabalho. Parabenizar também o Prefeito Marcelo Roque, grande parceiro teu também, que fez o Projeto. Não é fácil fazer um Projeto. O Marcelo correu atrás e com a tua persistência e de outros Deputados conseguimos chegar lá, o Deputado Alexandre, eu mesmo e outros Deputados Estaduais e você que é nosso candidato a federal lá, vamos fazer uma grande parceria lá. Parabéns a você. Parabéns ao Marcelo Roque.

DEPUTADO GALO (PP): Marcelo Roque é o nosso líder. Um grande prefeito. Um querido amigo. É a população de Paranaguá que ganha. Senhoras e senhores... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Concluindo então, nobre Dr. Turini. Bem-vindos, mais uma vez, a nossa plateia. E digo, Ilha dos Valadares, quinta-feira, 10h30, o helicóptero do Governo estará descendo aí. Estaremos, com o Governador, levando a todos vocês essa bela notícia da nova ponte da Ilha dos Valadares. Muito bem, Sr. Governador. Vida longa, nobre Dr. Turini. Muito grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente Turini. Em seu nome saudando a nossa Mesa, todos os Parlamentares. Deputado Galo, também estarei quinta-feira no nosso litoral, mas no município de Guaraqueçaba. Estaremos lá para, mais uma vez, cobrar, isso que já falei aqui em Plenário, e que foi divulgado, agora recentemente, pelo Governo, que é a manutenção, Deputada Luciana Rafagnin, da PR-405, a única ligação, por terra, entre o município de Antonina e Guaraqueçaba. Finalmente o DER anunciou que vai fazer a devida manutenção dessa estrada. Estamos discutindo também, com a Universidade Federal, e o próprio Governo, o novo Projeto para pavimentação ecológica da estrada de Guaraqueçaba. Já que falamos do litoral, quero também lembrar, Deputado Galo, há uma situação muito grave, a única companhia que presta serviço de ligação de transporte coletivo entre Antonina e Guaraqueçaba deixou de operar. Isso significa, Deputado Tadeu, que os cidadãos de Guaraqueçaba estão isolados por terra. E não é por falta de aviso. Alertamos essa situação ao Governo do Estado há vários meses e nada foi feito. E a empresa, semana passada, anunciou que deixou de operar. Então, é uma situação calamitosa. Deputado Marcel, pedimos essa atenção do Governo para o município de Guaraqueçaba. O transporte

coletivo tem que operar pela função social ao atendimento à população. Quero antes de falar em outro assunto, lembrar aqui e agradecer à nossa CCJ. Hoje o Projeto de Lei muito importante, o PL n.º 689, que atualiza mecanismos de combate ao racismo no Estado do Paraná foi aprovado na CCJ. Esperamos que em breve, passando pela Comissão de Direito Humanos, ele venha a Plenário. Quero agradecer a Liderança do Governo, a Dr.^a Isabel, pela construção, temos falado muito que a política não é a arte apenas dos desejos e das volições individuais, mas é a construção daquilo que é possível, de consensos possíveis. Vejo que nesse Projeto que foi construído com a Defensoria Pública da União, em uma Audiência Pública que fizemos aqui, com a Comissão de Direitos Humanos, essa atualização dos mecanismos do combate ao racismo, Deputado Batista, ela é urgente. Fala-se de racismo estrutural; fala-se da herança negra, da herança indígena que o Brasil desconhece, invisibiliza. Então, temos, sim, que combater esse racismo ativamente e a nossa Caca tem condições de dar o recado de reafirmar as políticas antirracistas que todos exigimos. Senhores Deputados e Deputadas, falando em velha política, quero lembrar a todos que a gestão Ratinho Junior bateu o próprio recorde em gastos com a propaganda oficial no ano passado. O Governo gastou, Sr.^s Deputados, R\$ 161 milhões em 2021, Deputado Fruet, 35% a mais que em 2020, ano que gastou 107 milhões em propaganda. Os dados são do relatório mais recente da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura. O crescimento de 35% em publicidade de um ano para o outro se dá às vésperas de um ano eleitoral. Isso é um histórico e é uma marca característica disso que vamos falar aqui de velha política. E a principal responsável pelo aumento dos gastos foi a própria Secretaria da Comunicação Social e Cultura, que teve, em 2021, um orçamento de R\$ 99,5 milhões. Seria justamente ótimo se esse recurso fosse utilizado nos equipamentos de cultura no Estado e no fomento aos artistas paranaenses, mas, a maior parte, R\$ 82 milhões, foi gasta com anúncios. Na tevê, 50 milhões; nas rádios, 18 milhões; em jornais, 8,6 milhões; na internet, 5,7 milhões. E sabemos quem recebeu esse dinheiro apenas, senhoras e senhores, por causa do trabalho incansável, indispensável do jornalismo investigativo dos jornalistas Alexandre Ribeiro, João Guilherme Frei,

José Lázaro Junior e Rafael Moro Martins. do Livre.Jor, que fazem um jornalismo independente e de divulgação de dados públicos de interesse da população paranaense. São deles as informações que divulgo aqui. E é também deles o alerta de que não há uma política de transparência no Governo do Paraná, que não publica relatórios com os valores pagos a cada prestador de serviço, emissora de tevê, rádio etc. Para obter esses dados, o Livre.Jor teve que cruzar o CNPJ de cada empresa com os dados disponibilizados pela Secretaria de Finanças, ou seja, a própria Secretaria da Comunicação não comunica o que gasta. Dar publicidade é obrigação constitucional dos governos. Todos têm obrigação de prestar contas e dar transparência aos atos, ações e obras executadas com recursos públicos que pertencem, em última análise, ao povo paranaense, mas não basta fazer propaganda. É preciso dizer a verdade. O Governo não pode esconder o seu descaso com o meio ambiente atrás de placas e *outdoors*. Ratinho Junior não cansa de repetir que o Paraná é o estado mais sustentável do Brasil, mas em vez de agir de verdade pela preservação da Mata Atlântica, o Governo investe em obras questionáveis que destroem nossos ecossistemas e desrespeitam a população em benefício de interesses privados. A verdade é que o Governador Ratinho Junior está muito parecido com o Presidente Bolsonaro no que diz respeito ao meio ambiente. Ambos trabalham pela desconstrução do sistema legal e do aparelho estatal de proteção e fiscalização da área ambiental. É muito fácil demonstrar que a propaganda do Governo sobre o meio ambiente não corresponde aos fatos. Segundo dados da fundação SOS Mata Atlântica, foram 2.767 hectares de desmatamento, em 2019, e 2.151 hectares em 2020. Com isso, o Paraná foi o terceiro Estado com a maior destruição da Mata Atlântica, atrás apenas, de Minas Gerais e da Bahia. E a destruição se espalha por todo o Estado. Dados do MapBiomas mostram que o Paraná destruiu 5.710 hectares de florestas, apenas em 2020, o que corresponde a 59% do desmatamento na Região Sul do País. Os primeiros dois anos da gestão Ratinho Junior tiveram a menor quitação de dívidas por infração ambiental na história. E vimos, nesta Casa, o esforço do Governo para afrouxar regras e *passar a boiada*. Outros exemplos comprovam que o Paraná está longe de ser considerado um Estado sustentável e que isso

não passa de propaganda. Basta ver como o Ratinho Junior pretende gastar cerca de R\$ 1 bilhão... (Manifestações nas galerias.) Senhor Presidente, gostaria de pedir silêncio, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Dá licença um pouquinho. Queria pedir aos nossos convidados que não interfiram na fala do Deputado, temos que garantir que respeitem o Deputado. Ele está dentro do horário do Partido dele e tivemos uma convivência pacífica até aqui. Daqui a pouco vamos votar o Projeto. Solicitar que não interfiram e respeitem aqui a Casa. Pode continuar. Vamos recompor o tempo de V.Ex.^a.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Presidente. Por decisão da Justiça Federal, o Governo foi obrigado a interromper os gastos da multa da Petrobrás. A decisão atendeu ao pedido do Ministério Público do Estado, que aponta, cito: "O perigo iminente de desvio de finalidades na utilização destes recursos". Ou seja: não haverá benefícios ambientais globais se os recursos forem aplicados da forma como deseja o Governador Ratinho Junior. A maioria dos projetos atende a interesses localizados e está longe de salvaguardar o interesse ambiental maior. Além de descumprir o acordo judicial que viabilizou o repasse da verba e a própria lei que rege o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Isso, senhoras e senhores, é outro tipo de propaganda enganosa, quando o Governo diz que vai aplicar recursos da multa da Petrobrás em programas ambientais, mas usa o dinheiro para outra finalidade. Repito: Governador Ratinho Junior e parte da sua base de apoio querem aplicar R\$ 1 bilhão do povo paranaense oriundos do desastre ambiental que ocorreu no Rio Iguaçu, de forma equivocada em ano eleitoral. Continuaremos, senhoras e senhores, cumprindo nosso papel regimental de fiscalizar os atos do Poder Executivo e estaremos encaminhando, Sr. Presidente, já na próxima Sessão e se não for por aqui pela Lei de Acesso à Informação, um pedido de informações para que o Governo explique como será o gasto efetivo, o orçamento da propaganda neste ano eleitoral. É isso que desejamos: publicidade plena aos atos do Governo, com transparência e com controle social. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença nesta Casa do Sr. Gilberto, Vereador de Santa Amélia, acompanhado das Sr.^{as} Márcia e Regina, Diretora de Escola. Obrigado pelas presenças. Por solicitação do Deputado Cobra Repórter. Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, por favor. Acabei de ouvir um xingamento aqui ao Deputado, acho que é inaceitável. Nós todos aqui, Deputados, temos um decoro entre nós, podemos divergir e fazemos isso, mas é inaceitável que cidadãos que podem e são bem-vindos à nossa Casa ofendam os Parlamentares. Acabei de ouvir um xingamento ao Líder do Partido dos Trabalhadores e gostaria que houvesse uma repreensão devida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, nossos visitantes, pessoal, por favor, olha... (Manifestações nas galerias.) gostaríamos... (Manifestações nas galerias.) Não vamos fazer discussão com a plateia. Estamos pedindo, estamos pedindo e vou pedir pela última vez. Vou solicitar ao nosso pessoal que está ali em cima que fique de olho se alguém desrespeitar qualquer Deputado aqui pode fazer o favor..., de forma respeitosa, podem acompanhar a pessoa que está aí. Vocês são sempre bem-vindos aqui, mas não desrespeitem de maneira nenhuma os Deputados. Não vamos fazer, nem o Deputado, nem eu, aqui na Presidência, vamos fazer discussão paralela com vocês. Estamos pedindo pela última vez: Por favor, respeitem aqui os Deputados. É, isso e acabou! Com a palavra, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*. Recebi, Sr. Presidente, a cópia do contrato de fornecimento de prestação de serviços do pregão eletrônico n.^º 980/2021 da Seed, que é o processo 18.386.643, que é o contrato entre o Estado e o Cesumar. Só antes de falar sobre esse contrato que fizemos aqui, Deputado Marcel, o pedido para que ele nos fosse enviado, não foi enviado ainda, não sei se já se completaram os 30 dias, mas de qualquer forma o recebi, estou com o contrato aqui em mãos e quero comentar a respeito dele.

Antes quero falar um pouco, Sr. Presidente, muito rapidamente. Falei com a Deputada Luciana e também com os Deputados do nosso partido, que às vezes ouço o comentário, Sr. Presidente, e eu, aqueles que fizeram o primeiro, o segundo ano de psicologia lembram que uma coisa que se estuda muito é a psicanálise. E uma das partes da psicanálise que mais me chama a atenção é a fixação. É a fixação porque é um princípio – para quem acredita e para quem não acredita – mas é um princípio, na psicanálise o que se fala, Deputado Evandro, em psicanálise é a persistência de catexia libidinal ou agressiva de objeto da infância na idade adulta. A fixação geralmente implica patologias e sugere que o montante de energia retida em nível infantil, é maior do que na pessoa normal. Às vezes vejo esses comportamentos, por isso não vale à pena dialogar com eles porque não é um caso de política, é um caso de psicanálise. E passo, Sr. Presidente, a fazer aqui comentários a respeito do que significa esse acordo, contrato feito entre a Secretaria do Estado da Educação e do Desporto – Grupo de Administração Setorial, com o Governo do Estado: contrato n.º 169/2021. Primeiro do objeto: diz que a prestação de serviços continuados nas ofertas de disciplinas técnicas, aqueles que já comentamos aqui, o valor que está no item 3, 16 milhões 515 mil 540 reais e 73 centavos. “O valor previsto no item 3.2 é estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão de quantitativo de serviços oferecidos e efetivamente prestados.” E aí, Sr. Presidente, começamos a fazer os questionamentos a respeito do que está sendo ofertado hoje e do que deveria ser ofertado. No item 5.3 diz que os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por portaria do contratante. Então, já, de antemão, Deputado Marcel, vamos fazer um pedido de informações e saber que portaria é essa e o que diz essa portaria, porque no item 5.4, diz que: “A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pela contratante que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades após o devido processo legal caso haja descumprimento das obrigações contratadas.” Aqui, Deputado Requião, por diversas vezes trouxemos os problemas que estão acontecendo com as disciplinas técnicas que estão sendo implementadas no ensino do Estado do Paraná, a falta de monitores, o número

excessivo de alunos por professores, a falta de equipamentos, o controle que não é feito. E aí a pergunta é: o Estado está fiscalizando isso? É a primeira pergunta que vamos fazer, Deputado Marcel. “Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade de serviço executado e materiais empregados, mais a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.” Há escolas que não receberam nos 30 dias o material que deveria ser entregue. “O requerimento provisório definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do orçamento.” Aí me chama mais a atenção, há uma série de propostas aqui que foram colocadas, foram assinadas. “Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades, e eventualmente constatadas na nota fiscal e na prestação de serviços ou no cumprimento das obrigações contratuais.” Ora, o Estado não poderia pagar nenhuma prestação, Deputado Marcel, do contrato feito. Por quê? Porque temos falta de monitores nas salas de aula. Diversas vezes viemos aqui e falamos que pedagogos e professores estavam entrando em sala, porque o equipamento, primeiro que não é levado, segundo que é levado sem que tivéssemos monitores, terceiro que os monitores não têm nenhuma relação com a disciplina que vem sendo dada. Então, o segundo pedido é se o Estado fez ou não pagamentos. Terceiro pedido: “Utilizar empregados habilitados e com conhecimento de serviços a serem executados em conformidade com as novas determinações em rigor.” Não há conhecimento dos monitores, Deputada Luciana, daquilo que está sendo aplicado. O que os monitores fazem é simplesmente ligar e desligar o equipamento e anotar algumas dúvidas para passar para os professores que estão lá em Maringá. O problema é que esses professores dão aula para o Estado inteiro simultaneamente. Quando há duas, três, quatro pessoas em cidades diferentes, fazendo pedidos de esclarecimentos, eles param as aulas e aí a aula se perde, porque não há condições de esclarecer todos. Diz ainda no 1012.5: “Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços da sede da contratante, além de provê-los conforme exigência da segurança de trabalho, se for o caso.” Terceiro pedido

que faremos, Deputado Marcel: quem são os trabalhadores, quantos são e onde estão, porque não sabemos hoje o número de professores que temos. Em princípio, fala-se um professor para 1.065 alunos, depois falou-se em um professor para 700 alunos, simultaneamente. O senhor sabe que são cinco aulas seguidas, três aulas síncronas, duas aulas gravadas, cinco aulas seguidas, onde alunos de 13, 14 e 15 anos ficam cinco horas em frente a esses equipamentos. "O contratante obrigar-se-á a comunicar ao contrato por escrito as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixados prazos para sua correção." Foi feito? Se foi feito, quando foi feito? 12.8: "A suspensão temporária de participação, licitação e impedimento de contratar com a administração pelo prazo de dois anos será aplicada ao licitante que abandonar a execução do contrato e incorrer em inexecução contratual. 14.2: É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão e incorporação da contratante com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os recursos da habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas demais cláusulas e condições de contrato e não haja prejuízo à execução do contrato pactuado e haja anuênciam expressa da administração à continuidade do contrato." A Unicesumar foi comprada pela Uniasselvi. A Uniasselvi, que é a do grupo Vitru, que é um grupo de investidores americanos que têm ações da Bolsa de Valores da Nasdaq, fez a compra. Fez antes ou depois? E se fez, houve, Deputado Homero, pacto para que essa contratação permanecesse com a Uniasselvi? As alterações previstas nessa cláusula serão formalizadas nos termos aditivos de contrato e aí estão as assinaturas, obviamente, do Sr. Wilson de Matos Silva Filho, do Sr. Vinícius Mendonça Neiva, e aqui estão as cargas horárias. Só que na carga horária não diz quantos serão os professores para os alunos, porque digo aqui, Deputado Marcel, que temos para Área Metropolitana Norte, no curso Técnico de Administração, 960 vagas ou alunos, uma carga horária de 1.134 horas e um valor total de 864 mil a ser pago; para a Área Metropolitana Sul, 600 vagas com R\$ 507 mil; para Curitiba, 1.350 vagas, com R\$ 1 milhão 285 mil; para Londrina, 600 vagas, com R\$ 633 mil; e assim sucessivamente. Só que, em nenhum momento, há aqui dito quantos professores, quantos monitores. O salário

dos monitores vai de R\$ 296,00 até R\$ 596,00, que é menos do que a metade do salário mínimo. Em alguns casos, menos que a metade do salário mínimo. E temos tido uma situação *sui generis* porque as cidades, Deputado Goura, de Francisco Beltrão, Cascavel, algumas cidades onde os alunos se recusaram a entrar em sala de aula enquanto houvesse apenas aulas não presenciais, não com professores, mas com monitores, essas cidades a Secretaria da Educação diz que vai disponibilizar presencialmente os professores. Isso é quebra de contrato. Se o faz com um, dois, três ou dez, deverá fazê-lo com todos, e aí será também, quero concluir só, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Será também objeto do pedido de informações, Deputado Marcel, que faremos na semana que vem. Espero... Temos tido aqui, desde que o Deputado Hussein Bakri era o Líder do Governo, tínhamos um entendimento de que não faríamos como pedido de informações, mas que faríamos como expediente, mesmo sabendo que o pedido de informações tem a obrigatoriedade de vir sem nenhuma alteração. Não sei se será mantida essa prática ou não, mas precisamos fazer porque é urgente que saibamos quantos são os monitores, quantos são os professores, quantos são os alunos que estão e como que o Estado entende que é possível quebrar o contrato em determinadas cidades e não fazê-lo com todo o programa, com todo o processo. Na próxima segunda-feira, volto à tribuna para apresentar o pedido de informações e espero que tenhamos definitivamente esclarecimento a respeito da situação que para nós é uma situação de muita preocupação. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO GOURA (PDT): *Pela ordem*, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Enquanto o Líder do Governo se dirige. Senhor Presidente, queria registrar aqui, acho que todos sabem o que houve com o Prefeito de Itaperuçu, Neneu Artigas, que nas comemorações aqui pelo Campeonato do Coritiba foi atropelado, está em estado gravíssimo, passou por cirurgia hoje, ele é do nosso Partido, do PDT. Expressar aqui o nosso registro de melhorias, de solidariedade, e que haja a devida apuração e inquérito desse ato criminoso que o Prefeito de Itaperuçu sofreu. Então, expressar aqui, e creio que é o desejo de todos os Deputados, Líder do Governo, melhorias para o nosso Prefeito de Itaperuçu. Obrigado!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Hoje, venho aqui para, em nome da Liderança do Governo, primeiro, agradecer aos meus pares que agora também faço parte da CCJ. Tivemos hoje alguns encaminhamentos, vários Projetos de Lei que votamos e me sinto agora integrado também com toda essa turma lá na CCJ. Então, quero agradecer ao nosso Presidente que estava hoje liderando os trabalhos, o Pacheco. Fico feliz de também fazer a participação. E o que me deixa satisfeito, feliz de estar aqui hoje na Liderança é de ouvir o que o nosso Deputado Galo, com a sua posição, com a sua força, com a sua valentia, um ato que demonstra a ação de carinho e de respeito do nosso Governador Ratinho Junior com a Ilha de Valadares. Mais de 20 anos aqui estava passando o nosso Deputado... Agora, aqui me fugiu, o Galo, dizendo da vontade daquelas pessoas que moram naquele território de também terem à sua disposição e um ato acho que de civismo do Governador que, a partir de agora, teremos a ponte interligando a Ilha com a sociedade que mora em Paranaguá. Então, isso é uma grande demonstração de respeito do Governador Ratinho Junior, demonstração de obras estruturantes que estamos, em todos os cantos do Estado do Paraná, construindo e avançando e aqui o Galo falou com o seu coração, agradecendo o empenho do Governo por esse ato de demonstração de respeito com a população que mora nessa localidade. Isso demonstra quanto o

Governo do Estado, mesmo com todas as suas dificuldades, com tudo o que estamos passando com as questões econômicas, sanitárias e hídricas também, o Governo não para de fazer entregas, de trazer recursos e de impulsionar todos os municípios irrigando os cofres de todos os municípios com recursos e aqui hoje fico feliz de ouvir a fala do Galo, que estava lutando por essa posição do Governo há tanto tempo que foram feitos pedidos a Governos passados e hoje o nosso Governador Ratinho Junior demonstrando este carinho com a população que mora na Ilha de Valadares e que vai ter agora a sua garantia e um ato acho que de civismo do Governador olhando com carinho em todos os cantos, e agora foi contemplada também Paranaguá com essa posição, onde o Governador, esta semana, com o Galo e com outros Deputados, irão lá para fazer essa demonstração de respeito com essa comunidade. Quero aqui também dizer ao Deputado Tadeu que estou chegando agora à Liderança e que precisamos logicamente, com todo o respeito, fazer as pautas e os pedidos da Oposição no rito correto que precisamos entregar de respostas. Então, quero dizer aqui ao Líder Arilson, ao Tadeu e aos Deputados da Oposição que tudo aquilo que vocês estão nos demandando e que estão fora um pouco daquele rito normal, quero buscar fazer o entendimento, trazer as respostas e mostrar a lisura, a integridade, a transparência dos atos do nosso Governo. E aqui quero também dizer a V.Ex.^a, Goura, com todo o respeito que tenho por ti, o contraponto, que é importante, você que faz uma defesa do meio ambiente, mas não posso deixar de fazer um comentário pelo posicionamento que você teve aqui agora na tribuna. Com todo o respeito, não posso concordar com aquilo que você disse. Temos aqui um Ex-Secretário que hoje é Deputado Estadual, o Marcio Nunes, e há espaço, sim, para trabalharmos com o meio ambiente e com o desenvolvimentismo, a ponto que o nosso Ex-Secretário e Ex.^a Marcio Nunes, nosso Deputado, construiu um ambiente dentro da Secretaria fantástico, de crescimento, de avanços e deu oportunidade ao litoral do Paraná de ser reconhecido também com grandes obras, aquilo que o nosso Estado estava demandando há tantos anos e o nosso Governador, por meio do nosso Ex-Secretário, construíram e que são obras emblemáticas para o Estado do Paraná! Não podemos ver Santa Catarina crescer

e nosso litoral do Paraná não se desenvolver. Por isso que preciso aqui reconhecer o trabalho, a dedicação, o dinamismo do nosso Ex-Secretário Marcio Nunes, que contribuiu enormemente e fez, sim, do Estado do Paraná o Estado mais sustentável do Brasil, e isso por organizações internacionais. Então, devo aqui o respeito a você, Marcio, pelo seu trabalho, pela sua dedicação. E aqui dizer que o nosso Governador Ratinho Junior tem sensibilidade, sim, pelo nosso litoral. Precisamos avançar em pautas que respeitem o meio ambiente, mas que temos que melhorar as questões do nosso litoral paranaense. Muitos paranaenses vão a Santa Catarina e poderiam se utilizar melhor do nosso litoral, levando desenvolvimento e criação de empregos, fazendo com que o nosso turismo possa avançar cada vez, gerando riquezas e entretenimento. Mais um outro avanço por meio do empenho do nosso Secretário Marcio Nunes e do nosso Governador Ratinho Junior, pelo planejamento estratégico, que foi a orla de Matinhos, que começaram as obras e vamos avançar e vamos dar um litoral com muito mais condições para os nossos paranaenses, para o nosso povo, que merece o respeito de um Governo que vem fazendo grandes transformações aqui no Estado. Este é um Governo que trabalha, que se dedica e que vem fazendo um grande planejamento estratégico por meio da lisura, da economicidade e da transparência dos seus atos. Por isso que venho aqui para dizer a todos vocês que acredito neste Governo, por isso fiz parte deste Governo, porque no meu entendimento estamos mudando a forma de governar, com muito mais transparência, com lisura, com responsabilidade, mas cuidando do povo mais humilde, cuidando do nosso litoral e dando oportunidades a lugares que jamais tínhamos a oportunidade de fazer as respostas, como vimos aqui hoje o Galo, na sua comunidade, depois de 20 anos, aquela comunidade vai receber recursos do nosso Governo. É assim que o nosso Governador Ratinho Junior vem trabalhando com todos os seus Secretários, com toda a sua base muito solidificada aqui hoje, com mais de 40 Deputados caminhando juntos e em irmandade para continuar fazendo as transformações do Paraná. O Paraná vai continuar andando para frente e não voltar para trás. Muito obrigado, Governador. Muito obrigado à nossa Assembleia Legislativa e ao nosso Governador Ratinho Junior.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Marcio.*

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, quero registrar nesta tarde nos anais desta Casa que protocolei um voto de profundo pesar e é um profundo pesar muito verdadeiro, estou muito triste inclusive nesta tarde, nós cidadãos cascavelenses todos estamos bastante tristes com a partida no nosso entendimento muito precoce de um grande cidadão cascavelense chamado Jaci Pian. Jaci Pian é um símbolo do automobilismo em Cascavel, um símbolo do pioneirismo e que teve, como diz uma música do Renato Russo, é tão estranho, parece que os bons morrem antes. E o Sr. Jaci Pian realmente uma pessoa de um coração e de uma alma gigantes, que nos deixou precocemente, mas fica aí a história. Ele chegou a Cascavel aos 14 anos, teve a oportunidade de participar e ser *pole position* no 1.^º Prêmio, em 4 de dezembro de 1966, então, é um homem que tinha a minha admiração, que tem a nossa admiração e que lamento profundamente a morte e transmito aqui toda a minha solidariedade à família do Sr. Jaci Pian. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra o Deputado Arilson, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero começar aqui elogiando a postura de V.Ex.^a e da Mesa com relação ao dia de ontem e ao dia de hoje sobre a manutenção do republicanismo, da forma democrática de manifestações e da intervenção da plateia. Estive aqui no começo de 2019, estive em 2020, estou aqui agora e, desde que assumi, o senhor está tendo a mesma postura, tanto quanto a uns, quanto a outros. Então, quero parabenizar o senhor por esta prudência. Quero aqui hoje falar da Copel, a nossa empresa paranaense de energia elétrica. Há duas semanas, como era de se esperar, a Copel publicou os seus resultados financeiros, 5 bilhões de lucro, o maior lucro da história da companhia – o resultado operacional. 3,8 bi, ou seja, o lucro pelo trabalho; 1,2

bilhão vem das alienações pela venda da Copel Telecom. E estranhamento o Governo do Paraná contratou no ano passado R\$ 165 milhões de serviços da Copel Telecom. Vendeu a Copel Telecom e pagou no ano passado 165 milhões! E o que quero convidar os meus amigos Deputados a fazerem é uma reflexão. Vendemos uma empresa apenas para distribuir lucros para os acionistas, e cadê os investimentos oriundos dessa venda? As quedas de energia elétrica no interior não pararam, os problemas com o serviço da Copel no atendimento ao consumidor pioraram. O que é esse alvoroço para se ter lucro na Copel? Só para V.Ex.^{as} terem ideia, o que a Copel teve de lucro no ano passado equivale a toda a arrecadação do Estado do Paraná em dois meses. Dois meses de arrecadação nossa equivale ao lucro da Copel! E a pergunta que faço: Como está sendo usado esse recurso? Só o que foi repatriado da Copel de dividendos equivale a R\$ 930 milhões. Se o Governador resolvesse dar aumento para os servidores na sua data-base, na sua recomposição, só daí equivale a 6% de aumento aos servidores. Mas, a pergunta é o que está acontecendo com a Copel no Governo Ratinho Junior. Aqui, muitas vezes quando falamos que empresa pública está sendo dirigida para interesses do grande capital, muitos podem imaginar que é uma fala ideológica, pois presido o PT. Mas olha, quando olhamos para os acionistas da Copel, que votam na Assembleia Geral, fica evidente que são basicamente fundos estrangeiros. Olhe, gente, vocês ficarão assustados com o que vou relatar aqui. BlackRock, maior fundo de investimento privado do mundo; Fundo de Previdência da Polícia e Bombeiros de Los Angeles. O quê? Fundo de Previdência da Polícia e Bombeiros. Aqui, o Governo implantou uma política para cobrar dividendos de quem está aposentado, do bombeiro, da polícia, mas aqui a Copel dá lucro para os bombeiros e policiais de Los Angeles. Fundo de Previdência dos Professores de Nova Iorque. Aqui no Estado o professor não tem valorização, Maurício Requião, mas a Copel está sendo usada, a energia aumentada, o lucro distribuído muito mais do que outras vezes, na história da Copel, para dar lucro para a Previdência dos Professores de Nova Iorque. Fundo de Previdência dos Aposentados da Califórnia, se fosse de Califórnia seria aqui da nossa cidade do Paraná, mas é da Califórnia, ou seja, estão ganhando dividendos

da Copel, do dinheiro dos paranaenses, para bancar Previdência lá. Fundo de Previdência do Estado de Utah, nos Estados Unidos. Ford Motors do Canadá; Fundo de Previdência da Caterpillar; Fundo de Previdência da IBM; Fundo Global de Investidores da Aliança, dona do estádio do Palmeiras. O que quero colocar, aqui para vocês, é que na realidade a Copel não é mais nossa faz tempo. A Copel mudou a política de dividendos em 2011. Enquanto estávamos aqui discutindo o Coronavírus, os problemas do Paraná, a direção da Copel mudou em 20 de janeiro a forma de se distribuir o lucro. Hoje, na semana passada distribuiu 65% de faixa de premiação, sobre o lucro obtido, dos cinco bilhões, 65 serão distribuídos. Quando o endividamento da Copel é baixo, maior a distribuição de lucro. Mas por que ele está tão baixo? Porque se vendeu a Copel Telecom e abaixou-se o valor da dívida. É um crime contra o povo paranaense. Mudou-se o dia 11 de março de 2021, o nível de operação da Copel na Bovespa, passou para o nível dois de governança. Sabem o que significa? Existem as ações ordinárias e existem as ações preferenciais. A ordinária tem direito a voto, a preferencial, não. O Estado do Paraná tem 69% das ações ordinárias e 31% das totais. Ao mudar com esse nível, todas as votações sobre casos críticos e preferenciais, que passa a empresa, os votos equiparam. Por exemplo, se for aprovar uma fusão, a incorporação de empresas, os acionistas preferenciais votam com as ordinárias e o Paraná tem minoria. A Copel não é mais nossa. A Copel é do fundo estrangeiro, que está tirando dinheiro do suor do povo paranaense. O Governo tomou uma decisão política de abrir mão da Copel, forma embasada pela política de operação da Bolsa de Valores, mas abandonou, tornou-se um sócio minoritário e não consegue mais dominar a dinâmica econômica e a ganância voraz da direção da Copel. Pasmem, meus amigos e amigas, a Diretoria da Copel está ganhando muita grana. Em 2021, para 2022, aumentou de 2,3 milhões para 2,8 milhões a remuneração de nove conselheiros. Esses conselheiros, gente, passaram a ganhar quase, quase 30% a mais. O bônus, bônus de produtividade para sete diretores, sete pessoas, saltou de 2,7 milhões, para 3,60 milhões. Os benefícios, os salários, que cada um acumula desses sete diretores, passou de 4,9 milhões, para 5,5 milhões, para sete diretores. No ano, um Diretor da Copel ganha mais de

um milhão por ano. A propaganda da Copel, essa está bonita, essa está linda. Em 2021, gastou 30,6 milhões em propaganda em publicidade; 11 milhões, Maurício, só com televisão; e 11, com rádio. Adivinhem quem foi o maior beneficiário da propaganda da Copel? Adivinhem a empresa de comunicação privada do Paraná, que tem uma relação próxima do Palácio, que foi beneficiada? No ano de 2022, o gasto da Copel será de 41,2 milhões, 11,2 milhões a mais do que no ano passado. E o custo de energia, gente? Subiu bastante, 22% nos três últimos três anos. Estamos fazendo aqui uma conta que foi ao contrário do que diz a tradição cristã, inclusive, de cuidar dos mais pobres com os dinheiros dos mais ricos. Aqui no Paraná se cuida dos mais ricos, com os dinheiros dos mais pobres, principalmente se tratando da Copel e da Sanepar. Estou triste ao ver tudo isso. Aliás, estou aqui levando uma denúncia ao Ministério Público Federal. Na minha concepção e na forma que o seu Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero apresentou os resultados, não se poderia distribuir 65% desse volume arrecadado em lucro, era só 50. A nova modelagem classifica em três níveis, de 25% no mínimo em 50% e 65%. Não estou dizendo que sou favorável a essa porcaria. Estou dizendo de que o que foi feito nesses 65% está em desconformidade com o valor colocado no resultado da Copel. Para isso acontecer teria que se ter um resultado de 1,5 vezes maior do que o obtido, que é o resultado financeiro da Copel, tirado o lucro, juros e amortização. Na conta da Copel deu 1,55, por isso se repassou 65. Na nossa conta, esse valor está 0,5%. Sabem o que representa isso de repasse errado? Setecentos e cinquenta milhões de reais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Em vez de distribuir 3,2 bilhões, teria que ser distribuído 2,5. Vamos acionar o Tribunal de Contas, o Ministério Público. Quero colocar uma coisa aqui para vocês bem séria. A pior espécie de corrupção é aquela que vem legalizada, por meio de um banho de legalidade. Distribuir dividendo da Copel nesse montante, no meio de um processo de recuperação econômica, por causa da pandemia, é uma escolha política de um Governo que

não cuida dos mais pobres. É um desrespeito à necessidade aos desempregados do povo paranaense, ao micro e pequeno empresário, ao produtor rural, ao industrial. Energia cara e lucrou muito, para aqueles que nem moram no Brasil e muito menos no Paraná. O Governo do Paraná deve uma resposta. Para com essa prática contra o povo paranaense e a todos que fazemos um Paraná melhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), e Tercílio Turini (PSD); Deputado ausente com justificativa: Tião Medeiros (PP), conforme art. 97 §3º inciso I do Regimento Interno (1

Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Anibelli Neto (MDB), Nelson Justus (União) e Tiago Amaral (PSD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 125/2022**, do Deputado Requião Filho, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Reação Empresarial, com sede no município de Arapongas; **Autuado sob o nº 126/2022**, do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Clube BBC de Ciclismo, com sede no município de Dois Vizinhos; **Autuado sob o nº 127/2022**, do Deputado Nelson Luersen, que propõe a implantação de limpeza de fossas sépticas em todo Estado do Paraná, conforme específica.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins, Coronel Lee, Soldado Fruet, Delegado Jacovós e Gilberto Ribeiro, que assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo território do Estado do Paraná e veda a exigência de passaporte sanitário. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Substitutivo Geral da CCJ. Regime de Urgência. Vamos discutir agora. Em discussão o Substitutivo Geral.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Então, para encaminhar, Deputado Ricardo Arruda. Vou solicitar aos Sr.^s Deputados, quem quiser fazer o encaminhamento, faça já as inscrições.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): *Pela ordem,* Sr. Presidente. Só lembrando que esse Projeto ontem, foi um Projeto que passou em primeira votação com uma larga votação, praticamente quase toda a Casa votou a favor desse Projeto, da maneira que vai encaminhar o Marcio Pacheco aí. Então, só isso, porque estamos com a Sessão em andamento, então só lembrando que isso aconteceu, na questão da constitucionalidade né.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Marcio, desculpe aí que tinha entendido que era o Deputado Alexandre Amaro e chamei o Deputado de Alexandre.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Data vénia ao entendimento do nobre Ex-Secretário, Deputado Marcio Nunes, é um direito aqui dos Parlamentares fazer o encaminhamento do Projeto, mesmo divergindo, mas tem que ser assegurado a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Mas já entendi, Sr. Presidente, a sugestão do Deputado Marcio Nunes no entendimento seguinte, tanto que estou falando daqui, Deputado, nem vou à tribuna, porque de fato os Sr.^s Deputados já compreenderam a importância da matéria, com todo o respeito a quem for falar muito tempo, mas entendo que de fato não há essa necessidade neste momento. Quero apenas retomar muito mais como gratidão aos Sr.^s Deputados, que ontem em uma votação extraordinariamente positiva, com 35 votos favoráveis e apenas 10 contrários, e acredito, honestamente, que hoje esse número deve aumentar do número de Deputados que vão votar favoravelmente, porque entendemos que de

fato não se sustentam mais essas iniciativas completamente desarrazoáveis de continuar exigindo algo que é ineficaz, não impede a transmissão, não impede o contágio, pelo contrário, se uma pessoa apresenta o passaporte sanitário, ela está com liberdade para entrar em qualquer lugar, mesmo estando contaminada. Portanto, é uma medida que contrapõe inclusive a inteligência nossa. Então, quero pedir mais uma vez o voto favorável dos Sr.^s Deputados, além de ineficaz é Projeto que segregá, que divide a sociedade, que divide as pessoas. Estamos, graças a Deus, em um novo momento, onde todos já estamos retomando a nossa vida, com a certeza de que esse discurso de pandemia e Covid tem que ser superado, temos que começar a pensar nos problemas realmente importantes da nossa sociedade, que neste momento já não são mais, graças a Deus, os problemas de Covid e os problemas de pandemia. Como bem disse o Deputado Ricardo Arruda, a Organização Mundial da Saúde é contra a imposição de passaporte sanitário, o Conselho Federal de Medicina, ora, gente, o Conselho Federal de Medicina é contra a imposição de passaporte sanitário, o Ministério da Saúde é contra, como é que pode outras autoridades, ou melhor, pseudoautoridades se dizerem tão sábias a ponto de quererem implementar algo que é ineficaz, que é burocratizante, só serve para burocratizar a vida das pessoas, só serve para dividir, e além disso completamente inconstitucional. Então, quero cumprimentar todos os muitos guerreiros que também estão juntos nessa luta, quero parabenizar os Deputados autores, fizemos a nossa parte no sentido de ajudar a aprovação desse Projeto e quero mais uma vez reforçar o pedido de voto e a certeza de que inclusive o Tribunal de Justiça com certeza manterá a constitucionalidade desse Projeto, que o próprio Presidente já entendeu que o passaporte é completamente ineficaz e retirou do Tribunal de Justiça. Então, parabéns a todos, viva a liberdade, viva o direito das pessoas. Não somos contra a vacina, mas somos contra a imposição, a obrigatoriedade. Obrigado, Sr.^s Deputados. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A todos que nos acompanham aqui, muito obrigado por novamente estarem aqui lutando conosco. Bom, serei breve aqui na minha fala. Primeiro, é um Projeto que já foi bem encaminhado ontem, já tivemos, agradeço a todos os Parlamentares que nos apoiaram ontem, e creio que vão apoiar novamente hoje, é um Projeto 100% constitucional, porque garante a nossa liberdade, que já está na Constituição. Peço até aos Deputados do PT que não entrem com pedido para tentar suspender algo que é tão banal, tão evidente, tão óbvio perante a sociedade médica e perante todas as pessoas. Então, esse Projeto é constitucional, ele não é contra a vacina, até porque a grande maioria dos paranaenses já está vacinada, ele é apenas um Projeto que garante a nossa liberdade. Não podemos abrir esse precedente grave em nossa democracia de tirarem direitos adquiridos, que não é de hoje, foi com muita luta. Então, peço o apoio de todos os Parlamentares que votem favorável a esse Projeto, que proíbe definitivamente essa exigência do comprovante de vacinação, do passaporte sanitário, e que dê liberdade aos pais, aos alunos de universidade, ao trabalhador, a todos os paranaenses, de ir e vir, e cumprir o seu papel da maneira que eles acharem melhor, dentro da lei, dentro da Constituição Federal. Peço voto “sim”. Muito obrigado.

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Presidente Turini, Galo aqui atrás. Pedi *pela ordem*, Sr. Presidente, há algum tempo. Galo, é a quinta vez que peço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio TURINI – PSD): Com a palavra, Deputado Requião Filho. Galo, um minutinho. Vossa Excelência pediu *pela ordem*? Pois não, Deputado.

DEPUTADO GALO (PP): Sim, é rápido. Maurício, é rápido. Senhoras e senhores, só uma observação, vou manter a minha palavra, Sr. Presidente, de ontem, mas quero fazer uma observação. O senhor é médico, a Assembleia não pode declarar

que a Covid acabou. O Deputado Tião está com Covid, contraiu esses dias, então a pandemia não acabou. Só essa observação. Manterei a minha palavra de ir contra o passaporte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, se entendi, acho que aqui a Assembleia não se posicionou com relação ao término da Covid.

DEPUTADO GALO (PP): Permita-me, Sr. Presidente. O meu Marcio Pacheco acabou de falar, entende, por isso, só uma observação, nada contra o Pacheco, ele fez uma observação a respeito da Covid, porque a Covid não acabou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Não vamos entrar em polêmica, vamos garantir a palavra ao Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente Turini, demais Deputados, vou ser muito breve aqui. Este Projeto é tão constitucional quanto foi o Projeto do *homeschooling*, vamos aguardar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, estou acompanhando essa discussão desde o início, tenho me manifestado nas redes sociais, acompanho também o posicionamento do nosso Presidente Bolsonaro com relação ao passaporte sanitário. Infelizmente a linha que o Presidente Bolsonaro segue, o PT sempre vem contra, sempre vem aumentando a discussão, sempre vem contrário aos posicionamentos do Presidente, que sempre vem pensando de fato na nossa sociedade. Dizer que sempre defendo a liberdade de expressão, penso que a pessoa que quer se vacinar, ela se vacina, a que não quer se vacinar, que tenha o direito de optar, da mesma forma que os pais têm o direito de optar se vão vacinar o seu filho ou se não vão vacinar o seu filho. Ultimamente tenho ido a ambientes em que para você poder entrar exige-se o comprovante de vacinação, um verdadeiro absurdo. Hoje,

muitos pais, para poder fazer a matrícula do seu filho em um colégio, exige-se o comprovante de vacinação dessa criança, ou seja, a criança às vezes fica sem o direito de poder estudar. Então, quero dizer que apoio o Projeto, apoio os posicionamentos do nosso Presidente Bolsonaro e o posicionamento dos nossos Deputados que se posicionam favorável ao Projeto contrário ao passaporte sanitário. Seria isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Presidente Tercílio. Gostaria, Presidente, de dizer que o bom de debater é que independentemente de resultados, nessa discussão tivemos avanços. Estava citando aqui para o Deputado Marcio Pacheco, a quem respeito muito, que lá trás quando começou essa discussão na Comissão de Saúde, no relato dele ele falava de vacinas experimentais. E hoje está claro para todo mundo, e o Deputado entendeu isso, reconsiderou no seu parecer, achei bastante digno, que não há vacina experimental sendo aplicada na questão da Covid. Não há vacina experimental sendo aplicada na questão da Covid. Todas foram... Por isso que não voto a favor, porque o que está por trás de tudo isso é o movimento antivacina... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Michele, um minutinho só. Solicito à plateia...

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): E fiquei feliz de outros Deputados que vieram aqui deixar muito claro, e acredito neles, que eles não são contra a vacina. A minha questão, o que pegou aí, se tivesse votando aqui um Projeto pelo passaporte sanitário, votaria contra, como também voto contra um Projeto que retira, independentemente de qualquer questão epidemiológica, essa questão do passaporte. O que está em discussão, para a maior parte das pessoas, é a questão do movimento antivacina. Vacinas salvaram vidas. Vacinas salvam vidas. E vocês me respeitem... (Manifestação nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, permite um pouquinho. Pessoal, olha, é o último orador. Chegamos aqui e vamos votar na sequência, por favor, colaborem, não atrapalhem o Deputado. Está assegurada a palavra para o Deputado. Depois, ao final, sem ofender, pode vaiar ou pode aplaudir, mas deixa o Deputado falar, senão vamos ter que tomar providência. Por favor, estamos entendidos?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Deputado Tercílio. Acho que é importante, porque a primeira e segunda dose no Brasil atingimos percentuais, graças aos trabalhadores da saúde, graças à maior parte das pessoas que acreditam no SUS neste País, graças as mais de 3 mil salas de vacinação no Paraná, atingimos percentuais extremamente importante. Mas a dose de reforço no País e no Paraná estamos com percentuais muito baixos. Fui um dos primeiros a vir aqui e defender a flexibilização do uso de máscara, porque a questão epidemiológica assim colocava. Vim aqui e defendi na Frente Parlamentar da Covid que tivéssemos, com a diminuição dos leitos de UTI e tudo mais, fôssemos mais rapidamente, o Guto que foi Secretário da Casa Civil sabe disso...

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Michele, vou conceder *pela ordem* ao Deputado Ricardo Arruda, um minutinho só, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Perdoe-me interromper, Deputado, mas estamos rebatendo aqui o mérito do Projeto que proíbe o passaporte sanitário. Ninguém está falando de vacina aqui. É o mérito.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não tem questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, Deputado Ricardo Arruda. É um direito. Ele está discutindo o mérito. Vamos garantir a palavra ao Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Tudo bem. Acho que cada um pode enxergar essa questão do jeito que quiser, por isso que este lugar é um lugar

democrático. O meu entendimento, e volto a dizer, estamos com a terceira dose de reforço muito baixa, cerca de 40% na média nacional. Temos faixas etárias que precisam atingir os percentuais que já tivemos. E quero aqui deixar muito claro, não há vacina experimental. As vacinas que estão aí cumpriram e cumprem o que se espera delas. Diminuíram as mortes neste País e no mundo. Diminuíram a internação para a Covid grave e moderada. Isso tudo salvou milhões de vidas no mundo e aqui no Brasil. Viva as vacinas!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Em discussão o substitutivo geral. Consultamos as Lideranças como fazem os encaminhamentos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”, por todas as informações sobre a constitucionalidade de ontem. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não acabei de falar. Presidente, o art. 150 do nosso Regimento permite que todos assistam à Sessão de forma silenciosa e respeitando a instituição. Temos que aplicar esse Regimento aqui. Não dá para ter isso. Não dá para ter!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, gostaria de orientar os seguranças da Casa que estão lá em cima. Se mais algum convidado nosso atrapalhar o Deputado, por favor, retire-o com educação, pode retirar. Se mais alguém atrapalhar o Deputado aqui, vai ficar fora do Plenário. E fiquem atentos, observem se alguém ofender ou atrapalhar o Deputado enquanto ele estiver fazendo o uso da palavra, podem retirar, porque pedi aqui dezenas de vezes. Esta aqui é uma Casa que tem que ter respeito, aqui tem um Regimento e vamos fazer cumprir o Regimento. Por favor, se alguém desrespeitar, retirem e acabou. Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai encaminhar voto “não” pela constitucionalidade debatida ontem e por achar que, na questão de mérito, esse Projeto não é o melhor, por conta da situação epidemiológica que pode ocorrer no Paraná e inibe o Estado de ter uma ação proativa, por conta de uma força de lei. Voto “não”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Só lembrando que estamos votando o substitutivo geral. Estamos aguardando ainda os votos da Deputada Cristina Silvestri e dos Deputados Francisco Bührer, Marcio Nunes e Reichembach.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Vou anunciar verbal. Meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado, vamos garantir o voto de Vossa Excelência. Estamos aguardando ainda o voto da Deputada Cristina Silvestri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Soldado Fruet (37 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Michele Caputo, Nereu Moura, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Abstenção:** Cristina Silvestri e Mabel Canto (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Nelson Justus, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (6 Deputados).] Com 37 votos favoráveis, 9 votos contrários e 2 abstenções, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 56/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural Desportiva Rondonense, com sede no município de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança do Governo também vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço voto “sim” à Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ainda estamos aguardando os votos dos Deputados Artagão Junior, Delegado Fernando Martins e Mauro Moraes.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, *pela ordem*.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só queria registrar, a Bancada da Oposição, caso este Projeto seja de fato sancionado pelo Governo... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pessoal.

DEPUTADO GOURA (PDT): ... *Pela ordem*, Sr. Presidente... Senhor Presidente, *pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vou pedir para a plateia... Pessoal estamos tocando a Sessão aqui, temos outros itens que estamos votando...

DEPUTADO GOURA (PDT): ... Só para fazer um registro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pedir silêncio, pedir silêncio para vocês. Estamos aqui encaminhando outros projetos, por favor.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para fazer o registro. A Bancada da Oposição, caso este Projeto seja sancionado, entrará na Justiça com uma ADI. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Del. Fernando Martins, Nelson Justus, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 56/2022.**

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei nº 747/2019, de autoria do Deputado Reichembach, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Palotinense de Bicicross, com sede no município de Palotina Pinhais. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Ainda estamos aguardando os votos dos Deputados Cantora Mara Lima, Delegado Fernando Martins, Deputado Jonas Guimarães, Romanelli, Maria Victória, Mauro Moraes e Plauto Miró.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Cobra Repórter, *pela ordem*.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O PSD, acho que fizeram aqui um acordo entre o Marcio Nunes e o Artagão, e o Marcio Nunes ficou como Líder do Partido e o Artagão Vice-Líder. Então, eles vão fazer em comum acordo com toda a Bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Cobra, depois V.Ex.^a comunique aqui à Mesa por meio de requerimento, por escrito. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Del. Fernando Martins, Nelson Justus, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (7

Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 747/2019.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 31/2020, de autoria da Deputada Maria Victória, que dispõe sobre a utilização das areias descartadas de Fundição (ADF) e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos votar o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Este Projeto da Deputada Maria Victória é um Projeto que vem ao encontro de tudo aquilo que estamos pensando em crescimento, desenvolvimento, geração de emprego, renda, melhoria da qualidade de vida, cuidado com o meio ambiente, recuperação do meio ambiente, preservação do meio ambiente, tudo isso ao mesmo tempo. Esse Projeto fala sobre o reaproveitamento da areia de fundição. Temos hoje um material bastante grande, que não tem um destino correto e muitas vezes quando o material não tem destino correto acaba parando em um local inadequado, que é na beira de um rio, em uma mata ciliar, dentro de um rio, contaminando os mananciais. E, a partir deste momento, com esse Projeto, podemos fazer destinação correta desse resíduo sólido urbano, transformando essa areia de sobra de fundição em asfalto, bloco cerâmico, telhas etc., que não contaminam o meio ambiente, e, sim, fazendo o reaproveitamento. Por isso estamos encaminhando favorável.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Maria Victória, quer encaminhar?

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero agradecer aqui as palavras, sábias palavras do Excelentíssimo Parlamentar Márcio Nunes, Ex-Secretário, conhece do assunto da pasta. Realmente é um excelente Projeto que vem a contribuir muito com o estado do Paraná e com o meio ambiente, por isso peço o apoio de todos os nobres Parlamentares. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quero encaminhar, pedir o voto “sim” para a Base do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando os votos dos Deputados Bazana, Delegado Fernando Martins, Dr. Batista, Gilberto Martins, Marcio Nunes...

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Soldado Adriano José...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Encaminhei voto “sim”, mas estou com dificuldade de votar aqui.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): *Pela ordem*, Presidente Tercílio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Quero aproveitar que estou vendo aqui um alto grau de consenso com este Projeto de Lei excelente da Deputada Maria Victória e dizer que talvez já esteja na hora de, na esteira deste Projeto,

desenterrarmos algo que faz mal para a saúde e acabou no mundo inteiro, que é a questão do amianto. Vamos discutir a questão do amianto aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Del. Fernando Martins, Gilberto Ribeiro, Nelson Justus, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei nº 31/2020.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei nº 190/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Agosto Cinza, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a prevenção e combate a incêndios. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Delegado Fernando

Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Guto Silva e Ricardo Arruda.

DEPUTADO PAULO LITRO (PSD): Presidente. Só para registrar a presença aqui do Vereador de Dois Vizinhos, Chico Peretto, que está acompanhando a Sessão com o Assessor da Prefeitura, o Giovani. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Sejam bem-vindos. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Nelson Justus, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 190/2021.**

Item 6. 1.^a Discussão do PL n.º 17/2022, autoria do Deputado Plauto Miró...

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 17/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Renato Durski Junior. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ah, pois não! Deputado Plauto, tem a palavra.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, vou ser breve. Quero primeiramente ler um histórico do homenageado. O Sr. Luiz Renato Durski Junior, conhecido pelo Junior Durski, é natural de Prudentópolis e desde jovem mostrou-se interessado no desenvolvimento da comunidade, tendo sido Vereador com 20 anos. Sua vocação em empreender, ampliar seus horizontes, era notória desde sua juventude. Em 1999, deu o pontapé inicial no mundo gastronômico, inaugurando o restaurante Durski, que funciona até os dias de hoje em Curitiba. Com o sucesso e a confiança na área, inicia o Grupo Madero em 2005. Fundada na crença central, do Chef Junior Durski, de que a entrega de qualidade superior deve estar no centro do modelo dos negócios de qualquer restaurante de sucesso, tornou-se uma das empresas de restaurantes multimarcas que mais cresce no Brasil em termos de venda e pontos de atendimento. Impulsionada por este compromisso inabalável com a qualidade, a companhia cresceu. O primeiro e único restaurante *Madero Steak House*, em 7 de junho de 2005, localizado na cidade de Curitiba, para um portfólio nacional de 258 restaurantes. Em 2014, inaugura o *Restaurante Madero Container*, um dos primeiros conceitos de *fast casual* no Brasil, com um formato caseiro, rápido, que oferece um cardápio mais estreito focado em hambúrgueres grelhados. Já em 2015, inicia a primeira fase da atual cozinha central, com 3 mil 715 metros quadrados, em Ponta Grossa, que agora se situa no coração do modelo operacional verticalmente integrado, onde produz e fornece mais de 97% dos alimentos dos serviços dos restaurantes em todo o Brasil. Ainda vale registrar a preocupação com o meio ambiente e a saúde dos consumidores ao focar na produção de alfaces, tomates orgânicos, na fazenda própria, no município de Palmeira. Destaca-se no Grupo Madero a atenção especial ao grande contingente de colaboradores. A companhia fornece aos mais de 5 mil e 300 funcionários dos restaurantes um pacote único de benefícios – e aí que mais me chamou a atenção

– incluindo, sem custo para os funcionários, moradias próximas ao restaurante onde trabalham e três refeições diárias preparadas na cozinha central, sob a supervisão de um nutricionista, além de opção de plano de saúde e treinamento intensivo no trabalho. O compromisso com os funcionários dos restaurantes tem historicamente mantido uma baixa rotatividade se comparado aos dados disponíveis da indústria de restaurantes. Além disso, a curta distância entre a moradia do funcionário e seu local de trabalho permite otimizar os turnos dos funcionários. Isso, por sua vez, possibilita雇用 menos pessoas nos restaurantes, mas pagar-lhes salários melhores e reduzir as despesas com os treinamentos e condução. O grupo chegou à incrível marca de estar presente em quase 70 cidades do Brasil, além de ser referência do setor alimentício, incluindo o restaurante Durski e o Jerônimo. Junior Durski, além de todo conhecimento e fama, por ser inigualável empreendedor, é convidado constantemente para palestrar em todo Brasil. Seu nome virou por todos sinônimo de grande sucesso por todo o seu histórico pessoal. Tanto trabalho e determinação fizeram com que conquistasse títulos como *Chefe do Ano*, *Restaurante do Ano* e *Chefe Cinco Estrelas*. Justa homenagem proposta neste Projeto de Lei com o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná. Por essas razões, peço o apoio de todos os Parlamentares para a aprovação desse Projeto. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim” à Bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva e Jonas Guimarães.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Apenas para até ajudar na promoção do nosso turismo, Deputado Soldado Fruet certamente vai concordar, temos uma grande notícia nesta tarde, Sr. Presidente. Acabam de ser retiradas todas as regras de exigência para a entrada na Argentina. Então, ali na fronteira com Foz do Iguaçu já tem o Paraguai, tem também a Argentina, promovendo o turismo regional. Então, as regras para entrada na Argentina acabam de ser retiradas as exigências e voltam a ser como antes da pandemia. Então, dando mostras claras que de fato estamos em um novo momento. Todos convidados da nossa região Oeste do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados, continuamos aguardando os votos. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Soldado Fruet (34 Deputados); **Abstenção:** Tadeu Veneri (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (19 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 17/2022.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 9/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de novembro de 2021. Parecer

favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão o Projeto de Resolução. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Cobra Repórter, Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Romanelli, Michele Caputo, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 9/2022.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Requerimentos.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Um *pela ordem* antes dos Requerimentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Tem relação direta. Com base no art. 29, I, art.^s 137 e 174 do nosso Regimento, peço a V.Ex.^a que seja diligenciado perante o Poder Executivo a prática desta Casa, desde 2019, foi transformar os pedidos de informações no Requerimento de envio de expediente. Temos concordado a Oposição. O pedido de informação, embora seja previsto no art. 55, não está tendo resposta do Governo do Estado quando fazemos o envio de expediente. Claro que sabemos que existe um compromisso político do Ex-Líder, o Marcel está aqui se comprometendo conosco a enviar respostas. Os outros Requerimentos nossos que existem aqui, principalmente o que tem relação com esse Projeto que trata do pedágio, aliás, que é tema de Audiência Pública no próximo dia 13, às 14 horas, do pedágio, precisa de retorno da Seil para poder entrar na discussão. Então, com base do Marcel estar entrando e estar pedindo esse voto de confiança, vamos tirar que o Requerimento seja feito em forma de pedido de informação para novamente voltar a ser Requerimento. Veja, Marcel, foi protocolizado em novembro do ano passado o pedido para tirar, garantindo que teria o retorno em 30 dias. Estamos em abril e não tivemos o retorno até agora. Então, fica aqui o compromisso. Beleza?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Agradeço a gentileza do Líder. Estou chegando agora e quero buscar essas informações dentro do Governo, que acho que é plausível o que o nosso Líder da Oposição está pedindo, e agradeço a gentileza e vou buscar as informações para trazer para vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Se entendi a questão do Requerimento que teve a discussão adiada no dia de ontem, V.Ex.^a está encaminhando como envio de expediente, o Requerimento n.^º 647/2022?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Os dois que estão aí, na verdade, Presidente. Tem dois Requerimentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Tem três.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Os três serão feito envio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ok. (**Requerimento protocolado sob o n.^º 647/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado de Sessão anterior, solicitando envio de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre o concurso da Polícia Militar; **Requerimento n.^º 725/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Casa Civil, sobre a denominada gratificação de atividade em Unidade ou Correcional Intramuros - Cadi e Instituição de Carreira de Agente com função específica no Sistema Socioeducativo; e **Requerimento n.^º 726/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado Infraestrutura e Logística, sobre a instauração de novo processo de licitação para a prestação de serviços de transporte Intermunicipal entre os municípios de São Jorge do Ivaí, Ourizona e Madaguaçu.) **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, serão encaminhados como envio de expediente.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Lembrando que um deles é a cobrança de novembro novamente sendo feita. Então, vamos aguardar o Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ok. Encaminhados então como envio de expediente.

Temos aqui dois Requerimentos encaminhados pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nelson Justus.

Requerimento n.^º 718/2022, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.^º 611/2021 ao Projeto de Lei n.^º 302/2019, por tratarem de matérias correlatas.

Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.^o 719/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.^o 88/2022 ao Projeto de Lei n.^o 340/2021, por tratarem de matérias correlatas. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.^o 708/2022, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, requerendo medidas urgentes para viabilizar o transporte público coletivo intermunicipal em Guaraqueçaba; **Requerimento n.^o 709/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Roque Pimenta; **Requerimento n.^o 710/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de menção honrosa ao Sr. Waldecyr Martins Silva; **Requerimento n.^o 715/2022**, do Deputado Cel. Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura, Sr. João Evaristo Debiasi, requerendo apoio ao pedido da Associação Brasileira de Taiko; **Requerimento n.^o 716/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, para o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos colaboradores da Empresa Tático Perseg Segurança Privada; **Requerimento n.^o 717/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, informando da necessidade de implantação de uma praça desportiva do Programa Meu Campinho e de uma Academia da Terceira Idade para atendimento dos Condomínios Residenciais Village 1, Village 2 e Village 3, no bairro Conjunto Vivi Xavier, no município de Londrina; **Requerimento n.^o 722/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Reginaldo

Gameiro Esteves; **Requerimento n.^º 724/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Jaci Pian; **Requerimento n.^º 727/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de votos de congratulações ao município de Godoy Moreira.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 720/2022**, da Deputada Maria Victória, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de abril de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 711/2022**, do Deputado Goura, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.^º 115/2021, do Deputado Recalcatti; **Requerimento n.^º 712/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando a retificação do Requerimento n.^º 464/2022, para inclusão do nome do homenageado; **Requerimento n.^º 714/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, requerendo a sua inclusão como Membro Titular da Comissão e Constituição e Justiça; **Requerimento n.^º 721/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, requerendo sua indicação como Líder do Partido União Brasil 44, no âmbito desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 723/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a retirada do Requerimento n.^º 690/2022; **Requerimento n.^º 728/2022**, dos Deputados Marcio Pacheco, Homero Marchese, Alexandre Amaro, Cantora Mara Lima e Delegado Fernando Martins, requerendo a indicação do Deputado Marcio Pacheco como Líder e da Deputado Cantora Mara Lima como Vice-Líder do Partido Republicanos.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.^º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.^º 713/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 4, 5 e 6 de abril de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 6 de abril de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.^º 451/2021; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 655/2021; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{ººs} 747/2019, 31/2020, 190/2021 e 17/2022 e do Projeto de Resolução n.^º 9/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{ººs} 433/2021 e 29/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h32, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)